Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2024 Nª 25.736 Preço banca: R$ 3,50

Programa do governo quer reduzir mortalidade materna em 25% até 2027

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na quinta-feira (12), a Rede Alyne, uma reestruturação da antiga Rede Cegonha, de cuidados a gestantes e bebês na rede pública de saúde. A meta é beneficiar mulheres com cuidado humanizado e integral, observando as desigualdades étnico-raciais e regionais.

A finalidade é reduzir a mortalidade materna geral em 25% até 2027, e em 50% considerando apenas as mulheres pretas. Em 2022, a razão de mortalidade materna (número de óbitos a cada 100 mil nascidos vivos) de mães pretas foi o dobro em relação ao geral: 110,6. No geral, foram 57,7 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.

O Brasil quer atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030, com a marca de 30 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Durante o lançamento do programa, em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, Lula se emocionou ao falar da morte de sua primeira esposa, Maria de Lourdes, e do filho em 1971. Para o presidente, a morte durante o parto de emergência foi por descaso dos médicos.

"Cheguei do hospital, encontrei minha mulher morta e meu filho morto. Eu, hoje, tenho certeza absoluta que foi relaxamento, que foi falta de trato, porque as pessoas pobres muitas vezes são tratadas como se fosse pessoas de segunda categoria. E se é pobre e é mulher negra é tratada como se fosse de terceira categoria", disse o presidente. Página 6

Brasil teve 11,39 milhões de hectares atingidos pelo fogo este ano

Página 4

Indústria cria menos vagas de trabalho, mas paga salários mais altos

Página 3

InfoGripe aponta que a covid-19 se espalha por cinco estados

O novo Boletim InfoGripe da Fiocruz divulgado na quinta-feira (12) aponta o aumento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por covid-19 não apenas em Goiás e São Paulo, como apontado na semana passada, mas também nos estados de Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

O estudo da Fiocruz observou ainda a manutenção do crescimento de casos de SRAG por rinovírus em muitos estados das regiões Nordeste e Centro-Sul, e especialmente no estado do Amapá, onde chama a atenção que a maioria dessas ocorrências graves por rinovírus estão concentradas principalmente entre crianças e adolescentes de até 14 anos de idade.

A pesquisadora do Programa de Computação Científica da Fiocruz Tatiana Portella alerta que, devido à alta movimentação de pessoas entre o estado de São Paulo e outras regiões do país, o aumento de casos de SRAG por covid-19 em São Paulo pode, nas próximas semanas, continuar impulsionando a disseminação e o crescimento dos casos do Sars-CoV-2 (Covid -19) em outros estados.

Diante desse cenário, a pesquisadora reforça a importância de que todas as pessoas do grupo de risco - como idosos, crianças e pessoas com comorbidades - estejam em dia com a vacinação contra a covid-19.

"Nessa época do ano, começam as campanhas de vacinação contra a influenza na Região Norte. E é muito importante que todas as pessoas elegíveis nos estados do Norte também estejam em dia com a vacina contra a influenza", recomenda.

Nas quatro últimas semanas epidemiológicas, a prevalência entre os casos positivos foi de 14,4% para influenza A; 3,2% para influenza B; 9% para vírus sincicial respiratório (VSR), 34,7% para rinovírus, e 32% para Sars-CoV-2 (Covid-19). Entre os óbitos, a prevalência entre os casos positivos foi de 25,4% para influenza A, 4,1% para influenza B, 3,7% para VSR, 9,8% para rinovírus e 50,2% para Sars-CoV-2 (Covid-19). (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,63
Venda:	5,63
Turismo	
Compra:	5,68
Venda:	5,86

EURO	
Compra:	6,22
Venda:	6,22

Volta do horário de verão é possibilidade real, diz ministro

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 3

Clima adverso reduz em 21,4 milhões de toneladas a safra de grãos

Página 6

Mais de 600 mil pessoas devem visitar Bienal do Livro

Mais de 600 mil visitantes são esperados na 27ª edição da Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que começou na sexta-feira (6) e vai até domingo (15), no Distrito Anhembi. Com o lema "Quem lê faz grandes amigos", o evento tem a presença de 83 autores nacionais e 33 internacionais. Entre as novidades desta edição está o foco nos autores e na produção literária nacional. Página 2

Esporte

Miguel Silva competirá em Birigui pensando no título do Brasileiro

Um dos principais protagonistas da categoria F4 Júnior no Brasil, por liderar com grande vantagem a Copa São Paulo Light – principal campeonato estadual do kartismo brasileiro - e a V11 Aldeia Cup, o paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) colocou como prioridade a sua preparação para o Campeonato Brasileiro de Kart, que será disputado em outubro em Birigui (SP). Assim, ele participara neste sábado (14) da 3ª etapa do Circuito Paulista de Kart no Kartódromo Speed Park, na cidade a 520 quilômetros da capital paulista.

"Vamos trabalhar bastante no kart para ter um desempenho ainda melhor do que as vezes anteriores, e ter condições de brigar pela vitória. Mas o objetivo mesmo é encontrar o melhor acerto pensando no Brasileiro", avisa o piloto de 13 anos de idade, recém completados.

Miguel Silva vem aprimorando o seu equipamento e sua pilotagem no Kartódromo Speed Park. Na sua primeira visita a Birigui, em junho, ele fez a segunda volta mais rápida e subiu no pódio na sexta posição. Na segunda vez, em agosto, foi pole position nas duas corridas e já subiu para a quarta colocação. Agora o intuito é aproveitar os dados coletados nas etapas anteriores para brigar pela vitória.

Foto/ Leonardo Dias

Miguel *Silva quer se preparar bem para o Brasileiro de Kart*

"Não alcançamos resultados ainda melhores nas vezes anteriores em virtude de disputas e toques que recebi, por que o meu kart sempre esteve bom. Só que não paramos e queremos evoluir cada vez mais", completou 'Miguelito', lembrando que o principal evento do kartismo nacional será nesta mesma pista. "Vamos fazer vários testes, pensando em todas as condições de pista, como temperatura e emborrachamento da pista. Vamos criar uma grande base de dados para usar na ocasião do Campeonato Brasileiro", emendou Odair 'Dai' Brito, chefe da equipe Dai Motorsport/Nikima Racing.

A tomada de tempos da F4 Júnior acontece nesta sexta-feira, a partir das 16h30. No sábado serão realizadas duas baterias, as 14h25 e 16h05.

Miguel Silva compete com o apoio de RodOil, Shield Oil e SOS Bike Móvel.

MG Club do Brasil celebra os 100 anos da marca em Araxá

Foto/ Vera Lambiasi

Vários *dos MG expostos foram rodando de São Paulo a Araxá*

O Brazil Classics Kia Show 2024 - XXV Encontro Nacional de Automóveis Antigos, do Instituto Cultural Veteran Car de Minas Gerais, teve a presença especial do MG Club do Brasil para celebrar o centenário da marca inglesa. Capitaneada pelo mineiro Luis Augusto Malta junto ao Instituto Cultural Veteran Car, a iniciativa reuniu sócios e não sócios, como ele próprio, pelo prazer de usar seus automóveis e reverenciar a icônica MG no tradicional evento de carros clássicos realizado em Araxá.

Treze modelos MG foram expostos, fabricados dos anos 1940 a 1970: MG TC 1946, MG TD 1951, dois MG TD 1952, MGA 1959, MGB Roadster 1963, MGB GT 1967, MGB Roadster 1968, MGC GT 1968, MGB Roadster 1969, MGB GT 1974, MGB Roadster 1974 e MGB Roadster 1979. um MG TC, três MG TD, um MGA, dois MGB GT, um MGC GT e cinco MGB Roadster. Vários deles foram rodando de São Paulo a Araxá, comprovando a resistência mecânica que fez os modelos da marca serem adotados por entusiastas de carros esporte de todo o mundo. Os integrantes do MG Club participaram da cerimônia de premiação: cada proprietário recebeu um troféu gentilmente oferecido por Luis Augusto Malta, o amigo do clube que capitaneou a iniciativa resultante na homenagem à MG. No desfile da premiação, esteve presente um MGB GT 1967 que estava no leilão do evento.

O MG Club do Brasil é atualmente um clube de carros clássicos multimarca e periodicamente promove encontros, passeios e rallies de regularidade. O próximo será o Rally do MG Club, válido para o Campeonato Brasileiro KIA de Regularidade Histórica da FBVA (Federação Brasileira de Veículos Antigos), no dia 21 de setembro. As pré-inscrições estão abertas pelo link https://www.fbva.com.br/cbr.php. Para mais informações, entre em contato com a Secretaria Esportiva do MG Club do Brasil: (11)94298-6196 ou (11)94161-2326.

Mais de 600 mil pessoas devem visitar Bienal do Livro

Sancionada lei que cria programa de estágio para alunos do Ensino Médio Técnico

O governador Tarcísio de Freitas sancionou na quarta-feira (11) a lei que cria o programa Bolsa Estágio Ensino Médio (BEEM), que oferece oportunidade de trabalho para estudantes do Ensino Médio Técnico matriculados nas escolas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP). O programa tem como objetivo valorizar os estudantes e combater a evasão escolar no último ciclo da educação básica.

"Nosso futuro aponta para uma economia baseada no conhecimento e é importante que nossos jovens comecem a conhecer o mercado de trabalho desde cedo para decidirem os melhores caminhos para sua própria trajetória profissional", afirma Tarcísio. "Esse incentivo é para estimular a permanência em sala de aula e ainda permitir autonomia e experiências mão na massa do que estão estudando", completa o governador.

CÂMARA (São Paulo)
Maioria de vereadores(as) e candidatos(as) dos partidos [no parlamento] e os que tão apoiando o MDB do prefeito [candidato à reeleição] Ricardo Nunes seguem juntos. Quem vacila, ou passou a jogar por outra candidatura, tá identificado(a) pode perder [se tiver] a credibilidade

.

PREFEITURA
As empresas Quaest e Datafolha seguem pesquisando e dando liderança pro prefeito Ricardo Nunes (MDB) na corrida pelo 1º turno das eleições 2026. Na Quaest, 24% pra Nunes (MDB + PL), 23% pro Marçal (PRTB) e 21% pro Boulos (PSOL + PT). Na Datafolha, 27% pra Nunes (MDB + PL), ...

.

(São Paulo)
... 25% pro Boulos (PSOL + PT) e 19% pro Marçal (PRTB). Em tempo : tanto a candidatura do veterano jornalista Datena (PSDB), como da jovem Tábata (PSB) seguem em empate técnico com menos de 10%. Em tempo : ambos terão sua importância em relação aos apoios no 2º turno

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Além de poderem ser eleitos às prefeituras, alguns deputados e deputadas sairão das eleições municipais [nas regiões das suas cidades] bem maiores ou bem menores. Entre os que saírem maiores, devem ser bem reeleitos, ou até disputarem pra deputados(as) na Câmara Federal 2026

.

GOVERNO (São Paulo)
Empolgado com as pesquisas que confirmam a liderança do seu apoiado [prefeito paulistano Ricardo Nunes - MDB], Tarcísio [Republicanos] tá com os 2 pés no 2º turno das eleições municipais na capital. É questão de sobrevivência própria pra qual será sua candidatura nas eleições 2026

.

CONGRESSO (Brasil)
Pela 1ª vez na sua história, o ex-deputado federal e ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab [refundador e dono do PSD] não tá mais atuando como político profissional somente no bastidor. Kassab tá jogando seu futuro e o futuro do seu partido, na sucessão da Câmara Deputados 2025

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ex-presidente Bolsonaro [sócio preferencial no PL do Costa Neto] tá sendo aconselhado a não desqualificar o candidato Marçal (PRTB), com chances reais de chegar ao 2º turno à prefeitura paulistana. A briga real é com o presidente Lula [dono do PT] e seu candidato Boulos (PSOL)

.

PARTIDOS (Brasil)
Aos 93 anos, o ex-prefeito paulistano, ex-governador paulista e ex-deputado federal Paulo Maluf [sempre na Arena - atual PP] ironiza o uso do coração na campanha do Boulos com a Marta. Lembra que usou o coração nas eleições à prefeitura 1992, com o slogan "Amo São Paulo - Voto Maluf"

.

ANO 32
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [Brasil] desde 1993, esta coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [SP] - por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Porque o SENHOR é justo e ama a justiça; o seu rosto está voltado para os retos" **Salmos 11:7**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mais de 600 mil visitantes são esperados na 27ª edição da Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que começou na sexta-feira (6) e vai até domingo (15), no Distrito Anhembi. Com o lema "Quem lê faz grandes amigos", o evento tem a presença de 83 autores nacionais e 33 internacionais. Entre as novidades desta edição está o foco nos autores e na produção literária nacional.

"O que nós queremos é que todos os autores e autoras, os consagrados e os contemporâneos tenham um espaço na Bienal e possam apresentar seu trabalho, sua literatura, independente do gênero literário e das faixas etárias, porque a bienal é o momento de nós mostrarmos para os visitantes e para o país toda a produção literária que é feita no Brasil", destacou a presidente Câmara Brasileira do Livro, Sevani de Matos Oliveira.

Além disso, há o Espaço Infância totalmente renovado, onde as crianças poderão ter seu primeiro contato com o livro. Aquelas que já tiveram poderão conhecer livros novos, interagir com autores e assistir à contação de histórias. "Nós temos um totem que monta uma historinha, então a criança pode escolher seus personagens. Tudo isso é uma forma lúdica de motivar as crianças a continuarem a ler porque eles são os leitores do futuro", disse Sevani. Há ainda o Espaço Educação, que é novo, onde os profissionais da educação têm uma programação oficial para discutir o tema.

Foto/Rovena Rosa/ABr

Ao todo são 13 espaços diferentes, incluindo um estande de homenagem a Ziraldo, autor do livro O Menino Maluquinho, que morreu em abril, aos 91 anos. O espaço é interativo, e as pessoas podem desenhar e pintar os personagens do autor. "Ali há uma pequena amostra de como ele desenhava, de como ele pedia para ser colorido e podem participar pessoas de todas as idades", explicou a presidente.

Outro destaque, com 300 metros quadrados, é dedicado à Colômbia. Ali os visitantes podem conhecer os autores e autoras colombianos e suas obras. "O estande traz uma exposição sobre o ciclo da borracha na Amazônia, porque o Brasil e a Colômbia dividem o território amazônico. Foi feito um trabalho de pesquisa lindo com recuperação de imagens de mais de um século. Esse filme é exibido diariamente e mostra como foi o ciclo da borracha. Vale a visita", disse Sevani.

Um dos pontos importantes da bienal é a visita de professores e alunos tanto da rede pública quanto da privada. Segundo Sevani, são esperados em todos os dias da feira mais de 90 mil alunos que se inscreveram. Essas visitas são importantes porque, no caso dos pequenos, eles começam a ter o contato com o mundo dos livros. E os adolescentes já podem escolher o que eles gostam, conhecer o que tem no mercado, encontrar o autor, pegar autógrafo quando o autor está na programação do dia."

Para a presidente Câmara Brasileira do Livro, estar na bienal também é uma forma de as crianças e adolescentes fazerem novas amizades e interagirem dentro do ambiente de literatura e festa. "A visitação é importante porque descobrir o mundo dos livros, descobrir quantos livros, a blibliodiversidade, os personagens, encanta. Uma visitação dessa é uma motivação para que eles continuem a ler", reforçou Sevani Oliveira. (Agência Brasil)

Estado de São Paulo tem queimadas em 13 municípios

Pelo menos 13 municípios de São Paulo têm áreas de mata em chamas, segundo a Defesa Civil do estado. Tanto o órgão quanto o Corpo de Bombeiros atuam nesses locais para conter o fogo, e em regiões mais críticas estão em operação 11 aeronaves para apoiar o combate aos incêndios.

Os municípios que contam com esse suporte são: Mairiporã (Parque Cantareira); Bananal; São Luiz do Paraitinga; Bom Jesus dos Perdões (Parque Itapetinga); Campinas (Pico das Cabras); Campo Limpo Paulista/ Jundiaí (Serra da Mursa); São Carlos; e Pedregulho. "O combate aos incêndios segue de forma coordenada, com as aeronaves desempenhando um papel fundamental no controle das áreas mais afetadas", destacou a Defesa Civil.

Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), as 81 unidades de conservação do estado que estão fechadas desde o dia 1º para proteger a população e manter foco total na prevenção a incêndios nessas áreas de preservação continuarão sem funcionar. Apenas os parques estaduais Campos do Jordão e Cantareira estarão parcialmente abertos, nas áreas concessionadas, desde que não haja risco aos visitantes.

"Durante esse período, todas as equipes que trabalham nas Unidades de Conservação continuarão a se dedicar exclusivamente ao monitoramento territorial, combate a incêndios, sensibilização das comunidades dos entornos e apoios administrativos e logísticos", informou a secretaria.

"Diante da persistência das condições climáticas, que favorecem a ocorrência de incêndios, tomamos a decisão de prorrogar o fechamento dos parques estaduais. Essa medida, embora temporária, é fundamental para proteger a biodiversidade e garantir a segurança de todos. Nossos profissionais continuam atuando incansavelmente no combate a possíveis focos incêndios e na proteção das áreas fechadas", destacou o diretor executivo da Fundação Florestal, Rodrigo Levkovicz.

Capital paulista

A prefeitura de São Paulo está monitorando os parques municipais, durante 24 horas por dia, para evitar incêndios e queimadas. O objetivo da Operação Fogo Zero é agilizar o atendimento e o combate às chamas em áreas de proteção ambiental e parques da cidade. A ação é coordenada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente com o apoio da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar Ambiental, além do Corpo de Bombeiros.

A prefeitura também vai liberar uma verba extraordinária de R$ 5 milhões para reforçar os equipamentos de atendimento assistencial aos idosos durante o período de baixa umidade do ar na cidade. Os estoques de soro fisiológico nas unidades de saúde também serão ampliados. A administração municipal destinará ainda recursos para compra de umidificadores para as escolas localizadas em bairros com menor índice de umidade do ar. Serão providenciados aparelhos para as regiões da Freguesia do Ó, Brasilândia, Casa Verde, Cachoeirinha, Vila Medeiros, São Lucas, Sapopemba, São Rafael, M'Boi Mirim e Jardim Ângela.

A capital conta, desde domingo (8), com dez tendas da Operação Altas Temperaturas montadas em pontos estratégicos das cinco regiões da cidade. Com funcionamento entre 10h e 16h, os cidadãos têm acesso à água, chás, sucos gelados e frutas. Também há espaço para atendimento e orientação à população quanto aos cuidados necessários com os animais de estimação em dias de calor intenso.

As tendas estão montadas na Praça da República, na Praça Marechal Deodoro, na Praça Floriano Peixoto com a Rua Paulo Eiró, em Santo Amaro, na Praça José Boemer Roschel, na Capela do Socorro, na Praça Heróis da FEB, em Santana, na Praça Novo Mundo, na Vila Maria, na Praça Presidente Getúlio Vargas, Guaianases, na Rua Dr. Luiz Ayres, junto ao Metrô Itaquera, na Praça Cid José da Silva Campanella, na Mooca, e na Rua do Curtume, na esquina com a Rua Guaicurus, na Lapa.

Além disso, o comitê de crise intersecretarial criado para monitorar as altas temperaturas e baixa umidade do ar intensificará as recomendações de saúde com protocolos específicos para períodos quentes nos equipamentos públicos. O comitê será mobilizado sempre que os termômetros atingirem 32 graus Celsius (ºC). A prefeitura também vai disparar 6 milhões de mensagens via SMS com alerta sobre os cuidados que a população deve tomar nesse período de baixa umidade do ar.

Previsão do tempo

De acordo com o Centro de Gerenciamento e Emergências da cidade de São Paulo (CGE), a manhã desta quinta-feira (12) terminou com céu claro, sol, calor e temperaturas em elevação na cidade. Conforme as estações meteorológicas automáticas do CGE, os termômetros marcam 32°C em média. A máxima pode chegar aos 33°C. A umidade relativa do ar oscila em torno de 23% e, devido à tendência de queda, a Defesa Civil Municipal decretou estado de atenção para baixa umidade relativa do ar em toda a cidade, desde as 10h35 da manhã.

Segundo os meteorologistas do CGE, a passagem rápida de uma nova frente fria entre o domingo (15) e a segunda-feira (16) trará alívio ao forte calor registrado nos últimos dias. São esperadas chuvas que podem ser de moderada intensidade em alguns momentos no litoral sul de São Paulo, que serão acompanhadas de rajadas de vento. Na capital paulista e na região metropolitana de São Paulo, o volume de chuva esperado deve ser bem menor, com chuva fraca e chuviscos de forma intermitente.

A sexta-feira (13) não tem previsão de chuva, e a temperatura mínima deve oscilar na casa dos 19°C e a máxima por volta dos 34°C no período da tarde. Os percentuais mínimos de umidade estarão próximos ou abaixo dos 20% em alguns bairros. No sábado (14), ainda faz calor, com temperatura mínima prevista de 20°C na madrugada e 34°C nas horas de maior aquecimento durante a tarde, em decorrência do predomínio de sol entre poucas nuvens. O ambiente pré-frontal é favorável para a ocorrência de eventuais rajadas de vento a partir da tarde, em função da aproximação da frente fria. A quantidade de nuvens vai aumentar no período noturno, mas sem previsão de chuva.

Queda de fuligem

O CGE informou ainda que a fuligem deve melhorar com a passagem rápida da nova frente fria no domingo. O fenômeno ocorre quando nuvens de chuva encontram a fuligem das queimadas. No final da tarde de ontem (11), a cidade de São Paulo registrou uma queda de fuligem na zona oeste, na divisa com Osasco. Essa "chuva de fuligem" deve ocorrer novamente no domingo. A orientação é de evitar o contato com a água nesse momento, já que há acúmulo de poluentes. (Agência Brasil)

Governo inicia leilões de imóveis com mais modernização e transparência

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), passa a adotar a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) 14.133/21 para realizar leilões de imóveis pertencentes ao Patrimônio Público, com mais modernização e transparência. Exclusivamente através do meio eletrônico e do site de um leiloeiro credenciado, o primeiro lote de leilões com este sistema teve o edital publicado na quarta-feira (11), com base no decreto 68.422/24.

"A transformação digital em curso, em São Paulo, torna o Estado desburocratizado e mais ágil para toda a sociedade. Ao disponibilizar estes imóveis, que têm alto custo de manutenção, vamos gerar recursos para o Governo investir em políticas públicas de forma transparente e eficaz", afirma o secretário de Gestão e Governo Digital (SGGD), Caio Paes de Andrade.

Indústria cria menos vagas de trabalho, mas paga salários mais altos

A indústria, o setor que paga os maiores salários médios aos trabalhadores brasileiros com carteira assinada, foi o segmento produtivo que menos criou vagas de emprego formais ao longo do ano passado. A informação consta dos dados preliminares da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na quinta-feira (12).

No geral, os cinco principais setores econômicos registraram crescimento dos vínculos formais, com a criação de 1.511.203 postos de trabalho. Agora, o estoque de empregos formais no setor privado passou de 42.957.808 milhões, em 31 de dezembro de 2022, para 44.469.011 milhões no fim do ano passado, uma variação positiva de 3,5%.

O resultado foi puxado pela construção civil, que ampliou em 181.588 (6,8%) o número de vínculos formais no mesmo período. No segmento de serviços foram criadas 962.877 vagas, um resultado 4,8% superior ao de 2022. O comércio cresceu 2,1%, com 212.543 vínculos, e a agropecuária cresceu 1,9%, com 33.842 vínculos, enquanto a indústria registrou um incremento de 121.318 vínculos, crescimento de 1,4%.

"O segmento com maior salário médio permanece sendo a indústria, com R$ 4.181,51, seguida por serviços (R$ 3.714,89); construção civil (R$ 3.093,97); comércio (R$ 2.802,51) e agropecuária (R$ 2.668,58)", disse a subsecretária nacional de Estatística e Estudos do Trabalho, Paula Montagner, destacando que, na média, os salários pagos aos trabalhadores formais na iniciativa privada subiram 3,6%, já considerando a inflação do período, passando de R$ 3.390,58 para R$ 3.514,24.

Os dados completos da Rais 2023, incluindo o setor público, só serão divulgados no quarto trimestre.

Ao detalhar os resultados preliminares, a subsecretária explicou que alguns resultados, como os relativos à geração de empregos e à remuneração média, diferem dos registrados no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados em janeiro deste ano, porque o prazo para coleta de informações da Rais costuma ser maior. Este ano, os dados foram coletados até 31 de maio.

A Região Sudeste segue concentrando o maior número de empregos formais, com 51,2% dos vínculos celetistas. Em seguida vêm as regiões Sul (18,4%) e Nordeste (16,4%). No entanto, as regiões Norte (5,4%), Nordeste (4,2%) e Centro-Oeste (4,2%) registraram o maior crescimento percentual.

O Piauí teve o maior crescimento relativo entre os estados, com um aumento de 7,3%, seguido por Amapá (6,8%), Tocantins (6,6%) e Roraima (6,3%).

"Do ponto do vínculo, a maior parte está associada aos celetistas [trabalhadores cujo contrato é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho], mas há outras situações que vale a pena destacarmos, como o número de aprendizes, que passou de 55.493 para 546.260, e de trabalhadores temporários, que passou de 209.654 para 226.144", disse Paula Montagner.

Ainda de acordo com a subsecretária, os trabalhadores avulsos aumentaram de 92.716 para 121.044, mas houve uma ligeira queda do total de trabalhadores que tinham contratos a prazo determinado [de 148.553 para 133.968.

Conforme os dados da Rais, as mulheres, em 2023, ocupavam 40,9% dos empregos formais no setor privado. Por faixa etária, em comparação a 2022, houve uma ligeira redução dos empregados formais até 39 anos de idade, e um crescimento importante dos mais velhos, principalmente os de 40 a 49 anos de idade.

Na Rais também é avaliada a nacionalidade dos empregados formais. E o grupo que mais cresceu no último ano foi o dos venezuelanos, que somaram, no último ano, 124.607 trabalhadores formais, seguidos pelos haitianos (44.481) e paraguaios (13.469).

"Houve um crescimento discreto da proporção de pessoas com deficiência que, no estoque dos empregados formais, passa de 1,27% para 1,28%, crescendo, principalmente, pela inclusão de pessoas com deficiências físicas ou múltiplas", disse Paula Montagner. (Agência Brasil)

Volta do horário de verão é possibilidade real, diz ministro

O ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, afirmou, na quinta-feira (12), em São Paulo, que a volta do horário brasileiro de verão é uma possibilidade real, para melhor aproveitamento da luz natural em relação à artificial e a consequente redução de consumo de energia elétrica no país.

"O horário de verão é uma possibilidade real, mas não é um fato porque tem implicações, não só energética, tem implicações econômicas. É importante para diminuir o despacho de térmicas nos horários de ponta, mas é uma das medidas, porque ela impacta muito a vida das pessoas", reconhece o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira.

Devido às implicações do horário de verão no cotidiano dos brasileiros, o chefe da pasta entende que a decisão de adiantar os relógios em uma hora, em parte do território brasileiro não pode ser tomada precipitadamente. "A medida não deve ser tomada de forma açodada. Se necessário, não tenham dúvida, que nós voltaremos com o horário de verão", concluiu o ministro.

Silveira confirmou que, na segunda-feira determinou ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e a Secretaria Nacional de Energia Elétrica (MME) que se reúnam com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para apresentar um plano de contingência para o verão de 2024/2025 e o planejamento energético do próximo ano.

Alexandre Silveira afirmou ainda que pesquisas demonstram que os efeitos do horário de verão – durante os meses da primavera e do verão – são positivos para diversos setores econômicos do Brasil, como o turismo, além de bares e restaurantes.

Térmicas e energia verde

O ministro considera que a economia gerada pelo horário de verão é importante para reduzir o despacho de usinas térmicas nos horários de pico de consumo, entre 18 horas e 21 horas, geralmente.

Por isso, no plano de contingência solicitado ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, o ministro disse querer informações sobre quais térmicas são da Petrobras, do setor privado e quais são as principais fontes das usinas que geram energia elétrica a partir, por exemplo, da queima de óleo diesel, combustível fóssil derivado do petróleo. O objetivo é manter o equilíbrio do setor elétrico brasileiro com segurança energética.

Demanda

O ministro afirmou que é necessária a geração de energia no país, porque a temperatura mundial tem subido e apresentou dados sobre o crescimento do consumo de energia. "O Brasil nunca tinha consumido, antes de setembro deste ano, 105 gigawatt [GW] em uma tarde. A média é 85 GW, o que demonstra que nós tivemos todos os ar condicionados do Brasil ligados e que a necessidade de energia, cada vez, mais oscila no Brasil."

Para ele, o futuro energético passa pela economia verde. "Não há salvação fora da nova economia verde que considera a necessidade do desenvolvimento econômico; do capital ser remunerado com sustentabilidade; com o mais restrito respeito à legislação ambiental e frutos sociais para combater a desigualdade, que é uma realidade no nosso país".

As declarações do ministro foram dadas em São Paulo, em encontro com o ministro do Meio Ambiente e Segurança Energética da Itália, Gilberto Prichetto Fratin, que acompanhou medidas para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela empresa Enel Distribuição São Paulo, após os últimos apagões elétricos naquele estado.

Horário de verão

O horário brasileiro de verão foi instituído pela primeira vez pelo, então, presidente Getúlio Vargas, de 3 de outubro de 1931 a 31 de março de 1932.

No Brasil, o horário de verão funcionou continuamente de 1985 até 2019, quando o governo federal passado decidiu revogá-lo, em abril de 2019, alegando pouca efetividade na economia energética.

Antes da extinção, o período de vigência do horário de verão entre os meses de outubro e fevereiro era definido, de acordo com critérios técnicos, para aproveitar as diferenças de luminosidade entre os períodos de verão e do restante do ano.

A medida impactava na redução da concentração de consumo elétrico entre 18 horas e 21 horas.

Até a extinção, o horário de verão era aplicado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, ainda, no Distrito Federal. E ficavam de fora da política pública as regiões Norte e Nordeste, por não representar redução da demanda energética significativa nos estados das duas regiões, devido à diferença na luminosidade em relação ao restante do país.

De acordo com o decreto nº 9.242 de 2017, a hora de verão funcionava a partir de zero hora do primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano seguinte. Mas, se coincidisse com o domingo de carnaval, o encerramento ocorria no domingo seguinte.

Em resposta à **Agência Brasil**, o Ministério de Minas e Energia esclarece que o retorno do horário de verão deve ser analisado sob diversos aspectos, como a geração de energia, os índices pluviométricos e, também, os aspectos econômicos da medida. O MME segue analisando as condições com responsabilidade, de modo que garanta a segurança energética para todos os brasileiros. (Agência Brasil)

Câmara aprova texto-base que estende desoneração da folha de pagamento

A Câmara dos Deputados aprovou o texto base do Projeto de Lei (PL) nº 1847/24. O texto propõe transição de três anos para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e para a cobrança de alíquota cheia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em municípios com até 156 mil habitantes. A Casa ainda precisa analisar um destaque ao PL – com isso, a conclusão da votação deve acontecer em breve.

Com a desoneração, empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento de contribuição social sobre receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5%, no lugar de pagar 20% de INSS sobre a folha de salários. O texto prevê, de 2025 a 2027, a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha. De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta a alíquota sobre a receita bruta.

O PL surgiu depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a Lei nº 14.784/23, que prorrogou a desoneração até 2027, por falta de indicação dos recursos para suportar a diminuição de arrecadação. Um acordo posterior foi fechado no sentido de manter as alíquotas para 2024 e buscar fontes de financiamento para os anos seguintes.

O prazo concedido pelo STF para negociação e aprovação do projeto antes de as alíquotas voltarem a ser cobradas integralmente vencia nessa quarta-feira (11). Por esse motivo, o item entrou na pauta. Os deputados votavam uma emenda de redação do relator, deputado José Guimarães (PT-CE), mas não houve quórum para encerrar a votação nominal. Era necessária a presença de 257 votantes, mas somente 237 registraram o voto.

O PL contém uma série de medidas que buscam recursos para amparar as isenções durante o período de vigência, incluindo a atualização do valor de imóveis com imposto menor de ganho de capital, o uso de depósitos judiciais e a repatriação de valores levados ao exterior sem declaração. (Agência Brasil)

Venda no comércio varejista cresce 0,6% de junho para julho, diz IBGE

O volume de vendas do comércio varejista avançou 0,6% em julho deste ano, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de uma queda de 0,9% na passagem de maio para junho. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quinta-feira (12).

O varejo também apresentou altas na comparação com julho do ano passado (4,4%), no acumulado de 2024 (5,1%) e no acumulado de 12 meses (3,7%). O crescimento de 4,4% em relação a julho de 2023 é a 14ª alta consecutiva deste tipo de comparação.

Na passagem de junho para julho deste ano, cinco das oito atividades pesquisadas apresentaram alta: equipamentos e material para escritório informática e comunicação (2,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,1%), tecidos, vestuário e calçados (1,8%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,7%) e móveis e eletrodomésticos (1,4%).

Dois segmentos tiveram queda de junho para julho deste ano: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-1,5%) e combustíveis e lubrificantes (-1,1%). Já o ramo de livros, jornais, revistas e papelaria teve variação próxima da estabilidade (0,1%).

A receita nominal do varejo cresceu 0,9% na comparação com o mês anterior, 9,2% em relação a julho de 2023, 8,4% no acumulado do ano e 6,5% no acumulado de 12 meses.

O varejo ampliado, que também inclui materiais de construção e venda de veículos e autopeças, variou apenas 0,1% de junho para julho. Veículos e motos, partes e peças teve alta de 3,8% enquanto Material de construção variou -0,2%.

O varejo ampliado teve taxas de crescimento de 7,2% em relação a julho de 2023, 4,7% no acumulado do ano e de 3,8% no acumulado de 12 meses.

A receita nominal desse segmento cresceu 0,4% em relação a junho, 11,1% na comparação com julho de 2023, 7,4% no acumulado do ano e 6,1% no acumulado de 12 meses. (Agência Brasil)

Inflação desacelera para todas as faixas de renda em agosto

A inflação desacelerou para todas as classes de renda em agosto na comparação com julho deste ano. Para as famílias de renda muito baixa, ela recuou de 0,09% para -0,19% no mês passado. Para as famílias de renda alta, que registraram aumento de 0,80% em julho, o resultado de agosto ficou em 0,13%. Os dados são do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado na quinta-feira (12) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Todas as classes de renda apresentaram desaceleração da inflação acumulada em 12 meses. As famílias de renda muito baixa tiveram a menor inflação acumulada no período (3,72%), enquanto a faixa de renda alta anotou o percentual mais elevado (4,97%).

Os grupos alimentos e bebidas e habitação foram os principais pontos que influenciaram a queda inflacionária para praticamente todos os segmentos de renda. As deflações registradas em setores importantes - cereais (-1,3%), tubérculos (-16,3%), hortaliças (-4,5%), aves e ovos (-0,59%), leites e derivados (-0,05%) e panificados (-0,11%) - provocaram um forte alívio inflacionário, especialmente para as famílias de menor poder aquisitivo, visto que a parcela proporcionalmente maior do seu orçamento é gasta com a compra desses bens.

Em relação à habitação, a queda de 2,8% nos preços de energia elétrica – refletindo o retorno da bandeira tarifária verde e das reduções tarifárias em algumas capitais – contribuiu para diminuir a inflação em agosto.

No caso das famílias de renda alta, mesmo com a deflação dos alimentos, da energia e a queda de 4,9% nos preços de passagens aéreas, o reajuste de 0,76% das mensalidades escolares fez com que o grupo educação exercesse forte contribuição para a inflação dessa classe.

O aumento dos planos de saúde (0,61%), dos serviços médicos e dentários (0,72%) e das despesas pessoais (0,25%) também ajuda a explicar esse quadro de pressão inflacionária nos segmentos de renda mais elevada, em agosto.

"A desaceleração da inflação corrente em relação ao registrado em agosto do ano passado é explicada, em grande parte, pela melhora no desempenho dos grupos habitação e saúde e cuidados pessoais. No primeiro caso, a alta no preço da energia elétrica em 2023 (4,6%) ficou bem acima da queda apontada em 2024 (2,8%). Já para o grupo saúde e cuidados pessoais, o alívio inflacionário em agosto deste ano veio da deflação de 0,18% dos artigos de higiene, que contrasta com os reajustes de 0,81%, em agosto de 2023", diz o Ipea. (Agência Brasil)

Apenas os EUA não firmaram acordo de taxação de big techs, diz Haddad

O governo brasileiro prepara uma proposta para a tributação no Brasil das gigantes da tecnologia de informação – as big techs – como parte de um acordo internacional para a taxação desse setor. Segundo informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apenas os Estados Unidos ainda não firmaram o acordo entre os países.

"É um acordo internacional que o Brasil firmou. Só tem um país faltante agora para assinar o acordo, que são justamente os Estados Unidos. E todos os países estão se antecipando. A Itália fez, a Espanha fez, e o Brasil vai ter que fazer para não se deixar prejudicar ainda mais pela falta de regulamentação", disse o ministro à **Agência Brasil** na quinta-feira (12).

Mesmo sem a assinatura do país que sedia as principais big techs do mundo, o governo brasileiro pretende enviar uma proposta ao Legislativo ainda neste ano, segundo informou o Ministério da Fazenda no fim de agosto.

Segundo o governo, o tema é um dos pilares da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que sugere medidas econômicas e sociais a países. A OCDE propõe a taxação mínima de 15% das multinacionais pelos países onde elas atuam, com potencial de arrecadar US$ 200 bilhões por ano em todo o planeta. Países como Japão e Coreia do Sul começaram a adotar a tributação.

Haddad acrescentou que o Brasil deve regulamentar as big techs observando as melhores experiências. "Nós temos que correr atrás agora para botar ordem nesses setores desregulamentados. Nós estamos fazendo isso pelos melhores padrões internacionais para adotar a regulamentação aqui", finalizou.

Nessa semana, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou um requerimento pedindo informações ao ministro da Fazenda sobre como deve ser feita essa taxação das gigantes da tecnologia. O senador autor do requerimento, Flávio Azevedo (PL-RN), reclamou que a medida seria "injusta".

Big techs

Enquanto no início do século 20 as empresas de petróleo eram as mais valiosas do mundo em valor de mercado, hoje são as empresas de tecnologia da informação que lideram o ranking das mais poderosas companhias do planeta.

Das dez maiores companhias em valor de mercado listadas pela Companies Markey Cap, seis são da tecnologia da informação: Microsoft, Apple, Nvidia, Alphabet/Google, Amazon e Meta/Facebook, todos dos Estados Unidos. (Agência Brasil)

Brasil teve 11,39 milhões de hectares atingidos pelo fogo este ano

De janeiro a agosto de 2024 os incêndios no Brasil já atingiram 11,39 milhões de hectares do território do país, segundo dados do Monitor do Fogo Mapbiomas, divulgados na quinta-feira (12). Desse total, 5,65 milhões de hectares foram consumidos pelo fogo apenas no mês de agosto, o que equivale a 49% do total deste ano.

Nesses oito primeiros meses do ano, o fogo se alastrou principalmente em áreas de vegetação nativa, que representam 70% do que foi queimado. As áreas campestres foram as que os incêndios mais afetaram, representando 24,7% do total. Formações savânicas, florestais e campos alagados também foram fortemente atingidos, representando 17,9%, 16,4% e 9,5% respectivamente. Pastagens representaram 21,1% de toda a área atingida.

Para o período, os estados do Mato Grosso, Roraima e Pará foram os que mais atingidos, respondendo por mais da metade, 52%, da área alcançada pelo fogo. São três estados da Amazônia, bioma mais atingido até agosto de 2024. O fogo consumiu 5,4 milhões de hectares do bioma nesses oito meses.

O Pantanal, até agosto de 2024 queimou 1,22 milhão de hectares, um crescimento de 249% nas áreas alcançadas por incêndios, em comparação à média dos cinco anos anteriores. A Mata Atlântica teve 615 mil hectares atingidos pelo fogo, enquanto na Caatinga os incêndios afetaram 51 mil hectares. Já os Pampas tiveram apenas 2,7 mil hectares no período de oito meses.

Agosto

Na comparação entre agosto de 2023 e de 2024, os incêndios afetaram 3,3 milhões de hectares a mais este ano, registrando um crescimento de 149%. De acordo com a instituição, foi o pior agosto da série do Monitor de Fogo, iniciada em 2019.

Os estados do Mato Grosso, Pará e Mato Grosso do Sul foram os mais atingidos no mês. Chama a atenção o crescimento de 2.510% sobre a média de agosto de incêndios no estado de São Paulo, em relação à média dos últimos seis anos. Foram 370,4 mil hectares queimados esse ano, 356 mil hectares a mais do que nos meses de agosto de anos anteriores.

"Grande parte dos incêndios observados em São Paulo tiveram início em áreas agrícolas, principalmente nas plantações de cana-de-açúcar, que foram as áreas mais afetadas do estado", destaca a pesquisadora Natália Crusco.

Os biomas Cerrado e Amazônia, foram os que mais queimaram, representando respectivamente 43% e 35% e de toda a área antiqueimada no Brasil no período.

De acordo com a coordenadora técnica do Monitor do Fogo, Vera Arruda, o aumento das queimadas no Cerrado foi alarmante em agosto "O bioma, que é extremamente vulnerável durante a estiagem, viu a maior extensão de queimadas nos últimos seis anos, refletindo a baixa qualidade do ar nas cidades." (Agência Brasil)

Próxima semana irá registrar chuvas sobre o Paraná, Santa Catarina e sul de Mato Grosso do Sul e de São Paulo

Chuvas com volumes superiores a 50 milímetros em 24 horas devem ser registradas sobre grande parte do Paraná, especialmente mais a leste, sudoeste e sul do estado, e sobre municípios ao sul de Mato Grosso do Sul, a partir do início da próxima semana, de acordo com o que aponta o prognóstico para os próximos sete dias do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Também há precipitação prevista para o sul de São Paulo com acumulados de até 30 milímetros em 24h.

Essas chuvas iniciaram na quinta-feira (12) sobre o Rio Grande do Sul, onde, mais a sul do estado, devem ser contabilizados acumulados entre 20 e 60 milímetros em 24h. A intensidade deverá ser maior entre a sexta-feira (13) e o sábado (14), com volumes que podem superar os 100 milímetros no dia.

O Inmet publicou um alerta de perigo potencial para grande parte do Rio Grande do Sul, sul e oeste de Santa Catarina e uma pequena faixa ao oeste do Paraná para esta quinta-feira. Para essas áreas pode haver chuva entre 20 e 30 mm/h ou até 50 mm/dia, ventos intensos (40-60 km/h), e queda de granizo.

Durante o final de semana, principalmente no domingo (15), chove sobre todo o estado de Santa Catarina, com maior intensidade em municípios mais ao norte, e deve começar a chover também com maiores acumulados no sudoeste e sul do Paraná.

Ao longo do domingo, as chuvas ganharão mais abrangência sobre o estado paranaense, com acumulados entre 50 e 70 milímetros em 24h em algumas áreas do sudoeste, e volumes ainda maiores, podendo chegar até mesmo a 100 milímetros em 24 horas em municípios mais ao centro-sul e leste do Paraná.

Sobre o norte do Paraná as chuvas serão menos intensas e bastante fracas em alguns municípios. No noroeste paranaense, próximo da divisa com São Paulo, as chuvas não irão ultrapassar 10 milímetros em 24h, segundo o que mostra o Inmet. Mais em direção ao centro e centro-leste do estado as chuvas serão um pouco mais fortes, mas não devem superar os 20 milímetros no dia.

Entre o domingo e a segunda-feira (16) também deve chover com acumulados em torno de 40 milímetros em 24h sobre uma pequena faixa mais a sul de Mato Grosso do Sul. No centro-sul de São Paulo os volumes devem chegar a, no máximo, 30 milímetros em 24h.

Enquanto isso, todo o restante do Brasil segue com o tempo seco. As únicas exceções são uma faixa do litoral Nordeste que deve receber alguma umidade, de acordo com o que indica o Inmet, porém os acumulados de chuvas devem ser inferiores a 10 mm em 24h. Para o Amazonas e Roraima há também precipitação prevista, sobretudo para o noroeste amazonense, onde pode chover até 50 milímetros por dia em algumas áreas, mas essa previsão não abrange todo o estado. (Notícias Agrícolas)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação do executado **GUILHERME RUSSO DE CAMARGO, CPF Nº 410.920.068-77;** dos interessados **LUIZ DE JESUS, CPF Nº 328.626.018/63**, sua esposa **ALZIRA SILVA DE JESUS; JOÃO PEREIRA DA SILVA, CPF Nº 409.430.908/06**, e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, requerida por **SILVANA DOS SANTOS NUNES, CPF Nº 187.512.528-05**. **Processo nº 0003305-76.2022.8.26.0048** .O Dr. Marcelo Octaviano Diniz Junqueira, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 17/09/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 20/09/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 09/10/2024, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no endereço eletrônico https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta não seja menor que 50% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente da multa de 10% sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado**. **DA COMISSÃO DO GESTOR**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **DA ADJUDICAÇÃO:** Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o praceamento seja cancelado após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido a comissão de 5% sobre o valor transacionado para pagamento dos custos do leiloeiro, **e** caso já tenha havido lance para arrematação do bem, o valor devido será de 5% sobre o valor do último lance ofertado. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 64/65, 6º andar, Brooklin - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloes@terra.com.br. **LOTE ÚNICO: direitos possessórios que o executado possui** sobre o imóvel rural, localizado no bairro Jundiaizinho, no distrito de Terra Preta, da cidade de Mairiporã/SP, com área de 1.875m². Características: imóvel rural localizado de frente para a Estrada Lara Mara e mede 25,00 mts de frente, 75 mts de frente aos fundos do lado esquerdo de quem da referida rua olha, 75 mts de frente aos fundos do lado direito de quem da referida rua olha, 25,00 mts aos fundos encerrando assim 1.875 m². Imóvel desmembrado de uma parte maior de terrar de propriedade de Vidal Antônio Pedroso e sua esposa Dolores Beralda Pedroso, conforme escritura de Cessão de Direitos Hereditários, em 1984 Registrada no Tabelião de Notas e Protestos de Mairiporã/SP. (Documentos de fls. 129/137, dos autos do Cumprimento de Sentença, processo nº 0002889-45.2021.8.26.0048). VALOR DA AVALIAÇÃO: R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), conforme termo de penhora de fls. 131 dos autos, que reporta-se ao instrumento particular de transferência de direitos possessórios firmado em 17/08/2010. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DO TJ/SP PARA JULHO/2024: R$167.364,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais)**. **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 14 de Outubro de 2024

O Conselho de Administração da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária ("AGE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia 14 de outubro de 2024, às 11h, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Eleição de 2 (dois) novos membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato ora em curso. A AGE foi convocada a pedido da Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Trustee"), na qualidade de gestora de fundos de investimento detentores de 15,03% do total das ações representativas do capital social da Companhia, com fundamento no artigo 123, combinado com o artigo 124, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. A AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer via plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGE que as instruções detalhadas para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Sem prejuízo do disposto acima, os acionistas interessados em participar da AGE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço ri@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGE, **ou seja, até 12 de outubro de 2024**, manifestando seu interesse em participar da AGE e solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, observando as demais instruções contidas na Proposta ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que comparecerá à AGE, incluindo os respectivos nomes completos e CPF e/ou CNPJ, conforme o caso, bem como o telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para a participação da AGE, conforme abaixo: **Pessoa Física:** (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista, podendo ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (d) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Pessoa Jurídica:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último estatuto social ou contrato social consolidado do acionista, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (c) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (e) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Fundos de Investimento:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da Comissão de Valores Mobiliários; (c) último estatuto social ou contrato social consolidado do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. Nos casos de participação na AGE por meio de procuração, deverão ser apresentadas na Solicitação de Acesso: (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (com certificado digital, conforme acima indicado), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, (iii) cópia da documentação societária que comprove os poderes do(s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Excepcionalmente, os documentos em inglês e espanhol não precisam ser registrados no Registro de Títulos e Documentos, bastando a sua tradução para o português. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada na AGE, nos termos da RCVM nº 81.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

Carlos Augusto Leone Piani - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0012373-60.2023.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Anderson Suzuki, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RICARDO JORGE CARPINELLI LAURITO, Brasileiro, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por COLÉGIO DOMINANTE LTDA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 30.244,25 (Agosto/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de setembro de 2023. |12,13|

Citação Prazo 20dias Proc.nº **1012583-73.2023.8.26.0008**.O Dr.Luis Fernando Nardelli, Juiz de Direito da 3ªVara Cível do Tatuapé/SP. Faz saber a Ingrid Salgado Marchi CPF 353.667.638-24, que Oswaldo Braun ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial para receber a quantia de R$15.103,91 (maio/24), referente à locação do imóvel à Rua Aldino nº122, Altos, Chácara Belenzinho. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital para que em 3dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para pagamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. 06/09/2024. São Paulo. |12,13|

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). José Walter Chacon Cardoso, na forma da Lei, etc. PROCESSO Nº **1075092-21.2024.8.26.0100** EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL- PRAZO DE 30 DIAS-FAZ SABER a todos os quantos o presente edital virem, conhecimento tiverem e possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por PAULO BARDELLA CAPARELLI CPF 277.359.018-01, e ANA LUIZA TEIXEIRA DE BARROS S CAPARELLI CPF 281.701.588-69, por meio da qual intentam alterar o regime de comunhão parcial de bens para separação total de bens. Para conhecimento de eventuais interessados na lide, foi determinada a expedição de edital com prazo de 30 dias, a contar da publicação. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de agosto de 2024. |12,13|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1098609-92.2023.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Théo Assuar Gragnano, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Valmari Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 18.336.985/0001-96, na pessoa de seu representante legal, que Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda, atual denominação social de CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento Ltda, ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento do valor de R$ 11.121,53 (11/2023), acrescidos de juros e correção monetária; referente ao débito das faturas nºs 20946699608, 20107761704, 20122614673 e 20138214830, nos valores de R$ 3.493,63, R$ 1.638,04, R$ 41,41 e R$ 41,41, respectivamente, oriundas do Contrato Termo de Adesão, para prestação de serviço de passagem e cobrança em pedágio. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra, devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que a tornará isenta das custas ou embargue, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de agosto de 2024. N - 12 e 13

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1039100-12.2018.8.26.0002**. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação Getulio Vargas. Requerido: Alexander Araujo da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1039100-12.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Débora Thaís de Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Alexander Araujo da Silva, CPF: 152.335.438-00, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação Getulio Vargas, para cobrança da quantia de R$ 32.167,44 (agosto de 2018), decorrente do contrato de prestação dos serviços educacionais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida devidamente atualizada, bem como efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos monitórios, nos termos do artigo 701 do CPC. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de agosto de 2024. 13 e 14 / 09 / 2024

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 - NIRE 3.530.003.478-3

CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a Realizar-se em 19 de setembro de 2024

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, Bairro: Jardim Paulistano, São Paulo - SP, no dia 19/09/2024 às 10h, em primeira chamada, e às 10:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(a)** alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Sociedade, de forma a indicar a sede da Sociedade atualizada; **(b)** alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Sociedade, para inclusão no objeto social da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, notadamente a atividade de "administrador fiduciário", bem como de distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador, nos termos, respectivamente, do inciso I, §1º, do Artigo 1º e do Artigo 33 da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM nº 21"); **(c)** reformulação e consolidação do Estatuto Social da Sociedade para refletir as deliberações constantes desta assembleia, se aprovadas; **(d)** eleição de um membro para o cargo de diretor sem designação especial; **(e)** autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; e **(f)** outros assuntos. SP, 11/09/2024. **Rui Luis Fernandes** - Diretor.

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

1ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO. **EDITAL** de 1ª e 2ª Praças de Leilão Judicial Eletrônico do bem abaixo descrito, bem como para intimação da Executada PARADISE COMPUTERS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.182.314/0001-52, estando revel no processo; dos terceiros interessados WENDEL DE SOUZA SILVA, CPF nº 147.797.848-83 e BANCO BRADESCO S/A, CNPJ nº 60.746.948/0001-12; da PREFEITURA DE SÃO PAULO, CNPJ nº 46.395.000/0001-39 e demais interessados, extraído dos autos da EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL – DESPESAS CONDOMINIAIS, processo nº 1070699-97.2017.8.26.0100, que tramita perante a 1ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, requerida por CONDOMÍNIO KUBA, CNPJ nº 00.637.104/0001-01. A **Dra. Paula Regina Schempf Cattan**, MMª Juíza de Direito, na forma da Lei, **faz saber** a todos que, través do sistema Gestor de Alienação Eletrônica, **PRÓ-JUD LEILÕES**, hospedado no endereço eletrônico www.projudleiloes.com.br e sob condução do **Leiloeiro Público Oficial, Sr. Carlos Campanhã, inscrito na JUCESP sob nº 1.053**, levará a público Leilão Judicial o bem a seguir descrito: **Bem: ESCRITORIO nº 112, localizado no 11º andar do EDIFICIO KUBA, situado à avenida Pavão nº 955, em Indianópolis – 24º Subdistrito.** UM ESCRITORIO com área real privativa de 30,8200m², área real comum de divisão não proporcional de 31,2098m², correspondente de uma vaga de uso indeterminado, para guardar um carro de passeio, com emprego de manobrista, na garagem localizada no andar térreo ou nos 1º, 2º e 3º subsolos, área real comum de divisão proporcional de 12.9185m² área, área real total de 74.1483m², correspondendo no terreno uma fração ideal de 0,008546. **Matrícula**: nº 129.028 do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. **Contribuinte Municipal** SQL nº 041.183.0207-1. **Ônus/Gravames ativos**: **R.2** – Registrado o ARRESTO do imóvel, em favor de Wendel de Souza Silva, CPF nº 147.797.848-83, decorrente da Ação de Execução Civil, que tramita sob nº 1055070-52.2018.8.26.0002, perante a 1ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro desta Capital. **AV.3** – Averbada a PENHORA do imóvel, em favor do Banco Bradesco S/A, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, decorrente da Ação de Execução Civil, que tramita sob nº 1075997-07.2016.8.26.0100, perante a Vara de Unidade de Processamento Judicial III do Foro Central desta Capital. **Av.4** – Averbada a PENHORA exequenda. **Débito de IPTU**: R$ 896,91 em aberto referente ao exercício de 2024, R$ 49.114,92 em dívida ativa, atualizada em junho de 2024. **Avaliação:** R$ 365.223,38 atualizada até agosto/2024. **Débito da Ação/Condomínio:** R$ 207.401,45, atualizado até agosto/2024, que será atualizado até a data do leilão. **OBS:** Caso o valor da arrematação seja insuficiente para pagar o débito exequendo, a diferença será de responsabilidade do arrematante. **Recursos**: Não constam nos autos recursos pendentes de julgamento. **Situação:** Ocupado. **Da Praça eletrônica:** A 1ª praça terá início no dia **21 de outubro de 2024 às 13:00hs** e se estenderá por 03 (três) dias, encerrando-se no dia **24 de outubro de 2024, às 13:00hs**. Não havendo oferta de lances, seguir-se-á, sem interrupção, a 2ª praça, que se encerrará no dia **14 de novembro de 2024, às 13:00hs**. **Do Valor Mínimo:** Na 1ª praça, o valor mínimo para a venda do bem praceado será o valor da avaliação judicial que será atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo até a data do início da hasta pública. Na 2ª praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizado. **Do Pagamento:** O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da praça, através de depósito judicial vinculado ao processo fornecido pelo Leiloeiro. **Da Comissão do Leiloeiro:** O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro/Gestor, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem, que não está incluso no valor do lance, através de depósito diretamente ao Leiloeiro. **Informações:** O Edital completo e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: contato@projudleiloes.com.br ou ainda pelo telefone nº 11-2892-8648 e via whatsApp/celular nº 98366-4084. **Intimações**: Ficam intimados os Executados e as demais pessoas descritas no início do presente Edital. **Dra. Paula Regina Schempf Cattan -** Juíza de Direito.

Banco Bradesco BERJ S.A.

CNPJ nº 33.147.315/0001-15 – NIRE 35.300.579.542

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 2.8.2024

Aos 2 dias do mês de agosto de 2024, às 9h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram os pedidos de renúncia aos cargos de Diretor, formulados pelos senhores Nairo José Martinelli Vidal Júnior, em carta de 31.7.2024, e Clayton Neves Xavier, em carta desta data (2.8.2024), cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, João Carlos Gomes da Silva, Vinicius Urias Favarão, Oswaldo Tadeu Fernandes, José Gomes Fernandes, Antonio Campanha Junior e Vinícius Panaro. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco BERJ S.A.** aa) Antonio Campanha Junior - Diretor e Dagilson Ribeiro Carnevali - Procurador. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 329.911/24-7, em 5.9.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1074369-46.2017.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 43ª Vara Cível, do Foro Central da Capital/SP, Dr. Paulo Rogério Santos Pinheiro, na forma da Lei, FAZ SABER a ARIANE CRISTINA DOMINGUES NIGRO, CPF 318.753.058-31, que lhe foi proposta uma ação de cobrança, do Procedimento Comum Cível, por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 8.332,11 (junho de 2017), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços. Encontrando-se a ré em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, apresente resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 18 de abril de 2024. 12 e 13/09/2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0007858-73.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER: a Richard Pontes de Mattos, CPF nº 263.196.948-07, ação: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (Locação de Imóvel), reqte: Silvana Rita de Queiroz Aranha, e não localizado o requerido defere-se a CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias fluídos após o decurso do prazo do presente edital, a ação ou apresente resposta, com advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). Afixe-se e Publique-se o edital. NADA MAIS.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1113740-41.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Antonio Barbosa Sobrinho, Joana Pereira da Silva, João Bonatti, Cleonice Santana Bonatti, Elza Vieira da Silva, Pedro Paulo Bicalho, Maria Lopes Rosado, Francisco Barbosa de Oliveira e Antonieta de Oliveira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Tereza Josefa de Araújo e José Jeronimo Neto ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Imóvel localizado na Rua Virgílio Gonçalves Leite, Travessa Particular, nº 37, casa 4, Americanópolis, São Paulo/SP, CEP: 04410-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |12,13|

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº **0010148-69.2020.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a).Emanuel Brandão Filho,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) IVAN PRADO DA SILVA,CPF 319.615.840-34,que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Conjunto Habitacional Parques Residencial Palmares.Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido,nos termos do artigo 513,§2º,IV do CPC,foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL,para que,no prazo de 15(quinze)dias úteis,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,pague a quantia de R$67.423,63 (em 11/05/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. |12,13|

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 20DIAS.PROCESSO N.º**1140884-87.8.26.0100**.O Doutor Guilherme Madeira Dezem,MM.Juiz de Direito da 44ªVara Cível,do Foro Central Cível,da Comarca de São Paulo/SP,na forma da lei,etc.FAZ SABER a ADICO ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA E COMERCIAL S/A,CNPJ n.º33.251.570/0001-03,com endereço à Alameda Santos, 1293, conj. 71, Cerqueira César, São Paulo/SP,que houve a penhora sobre o imóvel matriculado sob o n.º35.289,13ºCRI Capital,nestes autos de execução de título extrajudicial, movidos por Condomínio Edifício Olívia Fernandes. Encontrando-se a Ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente eventual arguição sobre substituição do bem penhorado, desde que comprove que essa substituição lhe será menos onerosa e que não trará prejuízo ao exequente, bem como o atendimento às disposições do art. 847, §1º, do CPC. Ademais, ressalta-se que, tratando-se de execução de título extrajudicial, o prazo para eventual discussão acerca da incorreção da penhora ou da avaliação será de 15 dias, contados da ciência do ato, por simples petição, nos termos do art. 917, §1º, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS, dado e passado nesta cidade de São Paulo, 18/07/2024. |12,13|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1067247-09.2022.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CRISTIAN GABRIEL YVANOFF, CPF 14019050805, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando a quantia de R$ 25.836,92 pela prestação de atendimento médico/hospitalar cf. RPS nº 344784 e 344938. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de agosto de 2024. 13 e 14 / 09 / 2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1024833-33.2021.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Pagamento. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Marcio Joras dos Santos e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1024833-33.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) LUCIANA ARAUJO DIAS FUJITA, RG 30.931.463, CPF 22648026851, e MARCIO JORAS DOS SANTOS, RG 29499128, CPF 28134473822, que Sociedade Beneficente São Camilo lhes ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 24.653,59 (agosto de 2021), decorrente dos Instrumentos Particulares de Contrato de Prestação de Serviços. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de setembro de 2024. 13 e 14 / 09 / 2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008778-94.2021.8.26.0554. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Silas Dias de Oliveira Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Bruno Gruman Rossetti, CPF. 417.439.188-28 e Humberto Cesar Oliveira Paula CPF. 061.135.648-19, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Titulo Extrajudicial por parte de César de Lima Fabretti e outro, para recebimento de R$ 109.712,18 (maio/2021) decorrente das notas promissórias não pagas. Estando os réus em lugar incerto e não sabido, expede-se o edital para que em 03 dias, paguem o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente, poderão comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 6 parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de julho de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1019469-39.2019.8.26.0005O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Cleonice da Silva Souza, CPF: 280.528.968-43, RG: 227103622, Benedita Moreira Souza, RG 14.552.386-SSP/SP e CPF 147.130.058-78 e Jose da Silva Souza, RG16.913.706-SSP/SP e CPF 050.118.728-66, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Condomínio Edifício São Miguel, alegando em síntese: Os Executados são proprietários, através de contrato particular de compromisso de compra e venda firmado junto com ao COHAB/SP, da unidade imobiliária descrita como apartamento 14-B,situado na Rua Vitória do Espírito Santos, nº 401, BLOCO 01, bairro Camargo Velho, São Paulo/SP, CEP.: 08140-000, e, encontram-se inadimplentes com o débito no valor de R$4.669,78, decorrente de encargos de quotas condominiais vencidas, consumo de água individual, rateios e benfeitorias, não pagas. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2024.

LUIZ OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 48.300.560/0001-98

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO (EM MILHARES DE REAIS)

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.089	37.477	50.985	44.119
Aplicações financeiras	4	-	-	24.578	10.092
Contas a receber		-	3	3.244	3.319
Estoques		-	-	60	84
Tributos a recuperar	5	7.682	1.200	8.254	1.910
Dividendos a receber	7	46.044	1.526	34.326	1.526
Partes relacionadas	7	4.682	4.682	4.682	4.682
Outros ativos		282	-	284	1
Total do circulante		**101.779**	**44.888**	**126.413**	**65.733**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber		-	-	13.334	14.144
Depósitos/bloqueios judiciais	13	59.113	-	59.448	323
Outros ativos		830	-	840	10
Total do realizável a longo prazo		59.943	-	73.622	14.477
Investimentos	8	2.071.337	1.833.850	1.586.609	1.364.811
Propriedades para investimentos	9	-	13.980	622.162	615.408
Imobilizado	10	-	-	3.842	3.842
Intangível	11	-	-	62.343	62.343
		2.071.337	1.847.830	2.274.956	2.046.404
Total do não circulante		**2.131.280**	**1.847.830**	**2.348.578**	**2.060.881**
Total do ativo		**2.233.059**	**1.892.718**	**2.474.991**	**2.126.614**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores		830	-	4.929	926
Salário e contribuições sociais		4	4	4	4
Tributos a recolher	5	4.066	3.882	4.584	5.514
Títulos a pagar na compra de participação societária	6	-	8.025	-	8.025
Mútuo com partes relacionadas	7	5.749	-	5.749	-
Imposto de renda e contribuição social	12	62.056	41.825	65.130	44.536
Juros sobre capital próprio a pagar	7	-	21.725	-	21.725
Dividendos a pagar	7	50.012	-	51.116	-
Adiantamento de clientes		-	-	191	-
Outros passivos		-	-	23	220
Total do circulante		**122.717**	**75.461**	**131.726**	**80.950**
Não circulante					
Fornecedores		-	-	3.200	-
Tributos parcelados	5	-	-	-	215
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	8.362	189.123	197.485
Provisão para contingências	13	-	-	454	402
Total do não circulante		**-**	**8.362**	**192.777**	**198.102**
Patrimônio líquido	14				
Capital social		500.000	500.000	500.000	500.000
Ações em tesouraria de investida indireta		(74.561)	(70.861)	(74.561)	(70.861)
Reserva de capital de investida		2.129	2.129	2.129	2.129
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		372.456	355.835	372.456	355.835
Reservas de lucros		1.310.318	1.021.792	1.310.318	1.021.792
		2.110.342	1.808.895	2.110.342	1.808.895
Participação dos não controladores		-	-	40.146	38.667
Total do patrimônio líquido		**2.110.342**	**1.808.895**	**2.150.488**	**1.847.562**
Total do passivo e do patrimonio líquido		**2.233.059**	**1.892.718**	**2.474.991**	**2.126.614**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

		Atribuível aos acionistas da Controladora			Ajustes de avaliação patrimonial de investidas			Reservas de lucros						
Descrição	Notas	Capital Social	Ações em tesouraria de investida indireta	Reserva de capital de investida indireta	Deemed Cost	Hedge accounting	Outros	Legal	Retenção	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de março de 2022		**500.000**	**(70.861)**	**2.129**	**408.806**	**(43.145)**	**(3.170)**	**91.362**	**682.103**	**82.842**	**-**	**1.650.066**	**37.819**	**1.687.885**
Dividendos adicionais deliberados no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.511)	(3.511)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	14 (e)	-	-	-	-	-	-	-	(73.623)	-	-	(73.623)	-	(73.623)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	8 (a)	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	21	-	21
Variação de participação em investida reflexa	8 (a)	-	-	-	-	(6.677)	-	-	-	-	-	(6.677)	-	(6.677)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	316.176	316.176	5.718	321.894
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	14 (d)	-	-	-	-	-	-	7.904	-	-	(7.904)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.068)	(77.068)	(1.359)	(78.427)
Lucros a destinar pelos acionistas	14 (d)	-	-	-	-	-	-	-	231.204	-	(231.204)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023		**500.000**	**(70.861)**	**2.129**	**408.806**	**(49.822)**	**(3.149)**	**99.266**	**839.684**	**82.842**	**-**	**1.808.895**	**38.667**	**1.847.562**
Dividendos adicionais deliberados no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.067)	(2.067)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	14 (e)	-	-	-	-	-	-	-	(55.894)	-	-	(55.894)	-	(55.894)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	14 (b)	-	-	-	-	-	90	-	-	-	-	90	-	90
Ajuste reflexo por aquisição e alienação de ações de emissão própria por investida indireta	8 (ii)	-	(3.700)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.700)	-	(3.700)
Ganhos decorrentes de mudança de participação acionária refexo	8 (ii)	-	-	-	454	(52)	1.684	-	-	198	-	2.284	-	2.284
Resultado com derivativos - hedge accounting de investida	8 (a)	-	-	-	-	14.445	-	-	-	-	-	14.445	-	14.445
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	458.718	458.718	4.650	463.368
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	14 (d)	-	-	-	-	-	-	734	-	-	(734)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.496)	(114.496)	(1.104)	(115.600)
Lucros a destinar pelos acionistas	14 (d)	-	-	-	-	-	-	-	343.488	-	(343.488)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024		**500.000**	**(74.561)**	**2.129**	**409.260**	**(35.429)**	**(1.375)**	**100.000**	**1.127.278**	**83.040**	**-**	**2.110.342**	**40.146**	**2.150.488**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício		**458.718**	**316.176**	**463.368**	**321.894**
Ajustes: Depreciação e amortização	10	-	-	5	22
Resultado de propriedade para investimento baixado	17	(21.244)	-	(21.244)	-
Juros, variações monetárias, líquidas	18	18.246	(188)	10.994	1.281
Resultado de equivalência patrimonial	8	(385.542)	(288.507)	(336.204)	(227.833)
Ajuste a valor presente e outros		(275)	(6.656)	(275)	(6.656)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	24.059	11.520	31.490	19.705
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(8.362)	(8.362)	(8.409)	(8.665)
		85.599	23.983	139.724	99.748
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras		-	-	(7.234)	3.691
Títulos/Contas a receber		3	3.671	885	(5.524)
Estoques		-	-	-	242
Tributos a recuperar		(1.814)	(815)	(6.344)	(741)
Partes relacionadas		-	(4.682)	-	(4.682)
Outros ativos		(1.112)	-	(909)	15
Depósitos/bloqueios judiciais		(59.113)	-	(59.113)	(57)
Fornecedores e títulos a pagar		830	-	7.203	61
Títulos a pagar na compra de participação societária		(8.025)	8.025	(8.025)	8.025
Tributos a recolher e parcelados		184	3.751	(1.145)	(5.170)
Provisão para contingências		-	-	52	58
Outros passivos		-	-	(197)	(4.726)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**16.552**	**33.933**	**64.897**	**90.940**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(26.742)	-	(29.095)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**(10.190)**	**33.933**	**35.803**	**90.940**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado e intangível		-	-	(20.739)	(4)
Mútuo com partes relacionadas	7	5.749	-	5.749	-
Recebimento de recursos venda de propriedade para investimento	9	35.498	-	35.498	-
Recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio	7	116.657	141.395	94.724	89.659
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**157.905**	**141.395**	**115.233**	**89.655**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	7	(142.103)	(161.056)	(144.170)	(161.056)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(142.103)**	**(161.056)**	**(144.170)**	**(161.056)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		5.612	14.272	6.866	19.539
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.477	23.205	44.119	24.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**43.089**	**37.477**	**50.985**	**44.119**

Demonstração do Resultado

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas líquidas	15	-	-	60.046	71.533
Custo dos imóveis vendidos	16	-	-	(25)	(243)
Lucro bruto		**-**	**-**	**60.021**	**71.290**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(2.095)	(6.466)	(4.299)	(3.162)
Resultado de equivalência patrimonial	8	385.542	288.507	336.204	227.833
Outras receitas, líquidas	17	105.612	34.496	105.612	29.056
		489.059	316.537	437.517	253.727
Lucro operacional		**489.059**	**316.537**	**497.538**	**325.017**
Resultado financeiro	18				
Receitas financeiras		8.142	10.207	12.027	15.276
Despesas financeiras		(22.786)	(7.260)	(23.116)	(7.359)
		(14.644)	2.947	(11.089)	7.917
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**474.415**	**319.484**	**486.449**	**332.934**
Imposto de renda e contribuição social	12				
Correntes		(24.059)	(11.670)	(31.490)	(19.705)
Diferidos		8.362	8.362	8.409	8.665
Lucro líquido do exercício		**458.718**	**316.176**	**463.368**	**321.894**
Atribuível a					
Controladores da companhia				458.718	316.950
Participação dos não controladores				4.650	4.944
				463.368	**321.894**
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	19			**29,0016**	**19,9896**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	19	458.718	316.176	463.368	321.894
Ganhos decorrentes de mudanças de participação acionaria reflexa	8 (a)	(52)		(52)	
Resultado reflexo com derivativos - hedge accounting, líquidos de impostos	8 (a)	14.445	(6.679)	14.445	(6.679)
Resultado abrangente do exercício		**473.111**	**309.497**	**477.761**	**315.215**

Notas Explicativas

1. Informações gerais A Luiz Ometto Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") está sediada em Américo Brasiliense/SP, e tem como objeto social e atividade preponderante a participação societária no capital de outras empresas, incorporações e participações em empreendimentos. Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém os seguintes investimentos (diretos e indiretos):

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 09/09/2024. **Conflitos Geopolíticos** Os conflitos geopolíticos representam um risco para a coligada São Martinho S.A. ("SM") e controlada Agro Pecuária Boa Vista ("ABV"). A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da SM e indiretamente impactar a Companhia. **Variações Climáticas** Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, principalmente por intermédio de sua coligada SM e controlada ABV, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. **Reforma tributária** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais. **2. Resumo das políticas contábeis materiais** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de propriedades para investimento e imobilizados, bem como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **2.2 Base de consolidação** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controlada nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. **a) Controlada** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação aplicáveis. Portanto, os saldos consolidados incluem a controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A., que tem como objeto social o arrendamento de terras para o plantio de cana-de-açúcar. A receita operacional decorre basicamente de parceria agrícola e arrendamento de terras com empresa ligada. **b) Transações e participações de acionistas não controladores** A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de sua controlada. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. **c) Investimentos em coligadas** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5 Instrumentos financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Ativos financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Os ativos que são mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamento do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. As perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: *(i)* perdas de crédito esperadas para 12 meses, *(ii)* perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e *(iii)* perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b) Passivos financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. As coligadas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. **d) Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** As alterações das normas citadas abaixo foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2024. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenants). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1°/01/2024, no caso da Companhia, a partir e 1°/04/2024. **Alteração ao CPC 6 - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2024. **Alteração ao CPC 3 – Demonstração dos fluxos de caixa:** a alteração emitida em maio de 2023 descreve as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2024. Não há outras normas CPC ou interpretações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3. Principais usos de estimativas e julgamentos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **a) Provisão para contingências** A controlada da Companhia é parte envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e Bancos	-	-	1	2
Certificado de depósito bancário - CDB (ii)	43.089	37.477	50.984	44.117
Total de caixa e equivalentes de caixa	43.089	37.477	50.985	44.119
Aplicações financeiras				
Fundo de investimentos (i)	-	-	24.578	10.092
Total de aplicações financeiras	-	-	24.578	10.092
Total de recursos disponíveis	**43.089**	**37.477**	**75.563**	**54.211**

i) Com o objetivo de diversificar a carteira de ativos e otimizar a gestão operacional e financeira, a controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") aderiu em junho de 2015 a um Fundo de Investimento Referenciado DI Exclusivo com liquidez diária, com rendimentos sobre a variação do CDI – taxa média ponderada (101,4% em 2024 e 102,2% em 2023). ii) Os Certificados de depósitos bancários têm rendimentos correspondentes de 101,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e são equivalentes de caixa devido sua alta liquidez. **5. Tributos a recuperar e a recolher** ***a)*** A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Tributos a recuperar				
INSS	-	-	572	710
IRRF e CSRF	1.943	888	1.943	888
IRPJ e CSLL a recuperar	5.739	312	5.739	312
Total de tributos a recuperar	**7.682**	**1.200**	**8.254**	**1.910**

b) A composição dos saldos dos tributos a recolher e parcelados está demonstrada abaixo:

Tributos a recolher e parcelados	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
IRRF	4.050	3.834	4.050	3.834
Parcelamentos - Lei 11.941/2009	-	-	223	580
PIS e COFINS	16	48	211	1.293
Outros tributos	-	-	100	22
Total de tributos a recolher e parcelados	**4.066**	**3.882**	**4.584**	**5.729**
Passivo Circulante	4.066	3.882	4.584	5.514
Passivo Não Circulante (tributos parcelados)	-	-	-	215

6. Títulos a pagar/receber na venda de participação societária Os títulos a receber são decorrentes da alienação, a prazo, de ações da Santa Cruz S.A. ("SC"), em agosto de 2014, líquida do saldo a pagar pela aquisição da Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV").

Controladora e Consolidado	Contas a receber pela alienação de participação societária "SC"	Contas a pagar pela aquisição de participação societária "ABV"	Saldo final líquido
Saldo Inicial em 2022	**62.747**	**(59.078)**	**3.669**
Atualização monetária	6.976	(6.833)	143
Pagamento (recebimento) de principal	(26.677)	26.501	(176)
Pagamento (recebimento) de atualizações monetárias	(11.661)	-	(11.661)
Saldo Final em 2023	**31.385**	**(39.410)**	**(8.025)**
Ativo Circulante			
Passivo Circulante			-

Controladora e Consolidado	Contas a receber pela alienação de participação societária "SC"	Contas a pagar pela aquisição de participação societária "ABV"	Saldo final líquido
Saldo Inicial em 2023	**31.385**	**(39.410)**	**(8.025)**
Atualização monetária	3.032	(4.797)	(1.765)
Pagamento (recebimento) de principal (i)	(22.769)	44.207	21.438
Pagamento (recebimento) de atualizações monetárias	(11.648)	-	(11.648)
Saldo Final em 2024	**-**	**-**	**-**
Ativo Circulante			
Passivo Circulante			-

Os títulos são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. A análise de vencimento desses títulos a receber/pagar está apresentada abaixo:

A vencer:	Contas a receber pela alienação de participação societária "SC" 2024	2023	Contas a pagar pela aquisição de participação societária "ABV" 2024	2023	Saldo final líquido 2024	2023
Menos de 1 ano	-	31.385	-	(19.690)	-	11.695
Entre 1 e 3 anos	-	-	-	(19.720)	-	(19.720)
Total a Vencer	**-**	**31.385**	**-**	**(39.410)**	**-**	**(8.025)**

(i) A parcela de R$19.720, referente a aquisição de participação societária da Agro Pecuária Boa Vista, com vencimento original em janeiro de 2025, foi liquidada antecipadamente em março de 2024. **7. Partes relacionadas *a)* Saldos da Controladora e do Consolidado:**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo Circulante				
Dividendos a receber				
LJN Participações S.A.	34.030	1.343	34.030	1.343
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	11.718	-	11.718	-
Imobiliária Paramirim S.A.	296	183	296	183
	46.044	1.526	34.326	1.526
Partes relacionadas				
Debelma Participações S.A.	2.363	2.363	2.363	2.363
Dimas Ometto Participações S.A.	2.319	2.319	2.319	2.319
	4.682	4.682	4.682	4.682
Total do Ativo Circulante	**50.726**	**6.208**	**50.726**	**6.208**

Os saldos referentes a dividendos a receber de coligadas têm expectativa de liquidação no curto prazo.

Passivo Circulante	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Juros sobre capital próprio a pagar				
Debelma Participações S.A.	-	10.960	-	10.960
Dimas Ometto Participações S.A.	-	10.765	-	10.765
	-	21.725	-	21.725
Dividendos a pagar				
Debelma Participações S.A.	25.279	-	25.279	-
Dimas Ometto Participações S.A.	24.733	-	24.733	-
Participação dos não controladores	-	-	1.104	-
	50.012	-	51.116	-
Aquisição de participação societária				
São Martinho S.A.	-	8.025	-	8.025
	-	8.025	-	8.025
Mútuo com partes relacionadas				
Debelma Participações S.A.	5.749	-	5.749	-
	5.749	-	5.749	-
Total do Passivo Circulante	**55.761**	**29.750**	**56.865**	**29.750**

***b)* Transações no exercício**	Consolidado 2024	Consolidado 2023
São Martinho S.A.		
Receita bruta		
Arrendamento de terras	59.794	59.938
Parceria - Cana de Açúcar	230	-
Aluguel de imóvel	177	147
Total receita bruta	60.201	60.085
Rateio de despesas administrativas		
Luiz Ometto Participações S.A.	(724)	(402)
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	(83)	(179)
Total do rateio de despesas administrativas	(807)	(581)

As transações efetuadas durante os exercícios de 31/03/2024 e 2023 referem-se a operações da Controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A. com a São Martinho. ***c)* Remuneração do pessoal-chave da Administração** O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores a remuneração paga ou a pagar pelos serviços prestados desses profissionais, a título de pró-labore, incluindo os encargos sociais correlatos, representou:

	2024	2023
Pró-labore	146	142
Encargos sociais	29	28
Total da remuneração e encargos	**175**	**170**

8. Investimentos *a)* Investimentos em sociedades coligadas e controlada

Controladora e Consolidado	Nota	2024 LJN Participações S.A. (i)	2024 Agro Pecuária Boa Vista S.A.	2024 Imobiliária Paramirim S.A. (i)	2024 Total	2023 LJN Participações S.A. (i)	2023 Agro Pecuária Boa Vista S.A.	2023 Imobiliária Paramirim S.A. (i)	2023 Total
Informações sobre as investidas									
Quantidade de ações possuídas		161.387.814	5.831.743	382.800		161.387.814	5.831.743	382.800	
Percentual de participação		41,212%	91,388%	29,977%		41,212%	91,388%	29,977%	
Capital social		2.173.975	194.596	23.296		1.745.385	194.596	23.296	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		803.703	53.988	16.617		545.049	57.406	10.698	
Ajuste extracontábil a débito do patrimônio da investida (c)		-	(12.314)	-		-	(12.314)	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		(224.740)	(36.822)	(2.919)		75.576	44.816	7.238	
Patrimônio líquido em 31 de março		3.778.196	289.706	98.585		3.249.973	262.684	84.844	
Saldo de mais valia apurada na combinação de negócios		-	188.745	-		-	188.745	-	
Movimentação do investimento									
Saldo inicial		**1.339.378**	**410.304**	**25.433**	**1.775.115**	**1.204.472**	**401.297**	**22.409**	**1.628.178**
Aquisições de ações em tesouraria reflexo (ii)		(3.700)	-		(3.700)				
Ganhos decorrentes de mudanças de participação acionaria (ii)		2.284	-		2.284				
Resultado com derivativos - hedge accounting de coligada		14.445	-	-	14.445	(6.679)	-	-	(6.679)
Dividendos adicionais deliberados no exercício		(34.030)	(33.650)	(875)	(68.554)	(1.343)	(51.666)	(183)	(53.192)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	14 (b)	90	-	-	90	21	-	-	21
Equivalência patrimonial do exercício		331.222	49.339	4.981	385.542	224.627	60.673	3.207	288.507
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos		(92.620)	-	-	(92.620)	(81.720)	-	-	(81.720)
Subtotal		1.557.069	425.993	29.539	2.012.601	1.339.378	410.304	25.433	1.775.115
Ágio na aquisição de ações - controladora		-	58.736	-	58.736	-	58.736	-	58.736
Saldos em 31 de março - controladora		**1.557.069**	**484.729**	**29.539**	**2.071.337**	**1.339.378**	**469.040**	**25.433**	**1.833.851**
Saldos em 31 de março - consolidado		**1.557.069**	**-**	**29.539**	**1.586.608**	**1.339.378**	**-**	**25.433**	**1.364.811**

(i) Investidas não consolidadas, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. (ii) Em 25/03/2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da SM, o cancelamento de 7.636.263 ações em tesouraria, e abertura do 7º Programa de recompra de ações limitado a 14.234.811 ações. A Companhia reconheceu os efeitos reflexos desta transação no patrimônio líquido. ***b)* Informações complementares sobre a São Martinho** Considerando a relevância do investimento na coligada São Martinho, de forma indireta por meio do investimento na LJN (controladora da São Martinho), no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, abaixo seguem informações complementares sobre a referida coligada indireta. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da investida são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board. A emissão das demonstrações financeiras da São Martinho foi aprovada por seu Conselho de Administração em 17/06/2024. Essas demonstrações financeiras, foram publicadas no D.O.U., também estão disponíveis, na íntegra, na sede social da investida, e no site da CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Segue abaixo um sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da São Martinho:

	2024	2023
Ativo		
Circulante	6.037.368	5.500.913
Não circulante	13.918.445	12.908.124
Total do ativo	19.955.813	18.409.037
Passivo		
Circulante	2.838.807	2.605.517
Não circulante	10.254.635	9.891.157
Patrimônio líquido	6.862.371	5.912.363
Total do passivo e do patrimônio líquido	19.955.813	18.409.037
Demonstração do resultado		
Receita líquida das vendas	6.756.027	6.494.335
Custo dos produtos vendidos	(5.334.452)	(4.689.845)
Receitas (despesas) operacionais	1.111.336	263.833
Resultado financeiro	(765.851)	(907.737)
Imposto de renda e contribuição social	(290.781)	(144.842)
Lucro líquido do exercício	1.476.279	1.015.744

	2024	2023
Valor da participação, indireta (via LJN), da Companhia no patrimônio da São Martinho:		
Patrimonial	1.551.790	1.336.964
Mercado (*)	2.318.214	2.041.328

(*) O valor de mercado desse investimento não reflete, necessariamente, o valor de realização de uma parcela representativa de participação acionária. Trata-se apenas de uma estimativa baseada na cotação do valor da ação ("SMTO3") no fechamento do dia 31 de março, multiplicada pela quantidade de ações possuídas, indiretamente, pela Companhia. **Direito creditório da São Martinho S.A. referente a processos judiciais** No processo de desligamento da Copersucar, a investida indireta São Martinho (participação indireta de 22,35% em 31/03/2024) celebrou contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. Conforme divulgado pela Copersucar, o Poder Judiciário condenou a União a indenizar a cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. Houve requisição de pagamento na ordem de R$ 5,6 bilhões (R$ 730,5 milhões proporcionais à São Martinho). Pleiteia-se o pagamento de saldo complementar na ordem de R$ 12,8 bilhões (R$ 1,665 bilhão proporcional), tendo a União Federal alegado excesso de R$ 2,2 bilhões (R$ 286,3 milhões proporcionais), em manifestação datada de 4/05/2018. No mês de março de 2019 houve o recebimento da 1ª parcela do primeiro precatório, adicionalmente em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório e a 1ª parcela do precatório complementar. No exercício findo em 31/03/2021 houve o recebimento da 3ª parcela do primeiro precatório e a 2ª parcela do precatório complementar ambos em setembro de 2020. A 3ª parcela do precatório complementar e a 4ª parcela do primeiro precatório foi recebida em outubro de 2021. Durante o exercício findo em 31/03/2023 ocorreu o recebimento da 5ª parcela do primeiro precatório e a 4ª parcela do precatório complementar ambas em outubro de 2022. Em julho de 2023 foram recebidas a 6ª parcela do 1ª precatório e a 5ª parcela do 2º precatório. Em março de 2024 houve o recebimento de parcela única do 3º precatório e 6ª parcela do 2º precatório. ***c)* Comentários adicionais sobre as sociedades investidas** As demonstrações financeiras da LJN Participações S.A., Agro Pecuária Boa Vista S.A. e São Martinho S.A. foram examinadas por auditores independentes para a data-base de 31/03/2024 e as demonstrações financeiras da Imobiliária Paramirim S.A. foram revisadas conforme a NBC TR 2400 - Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis, por outros auditores independentes em 31/03/2024. Os ativos não circulantes da Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") incluem créditos acumulados de ICMS, no montante de R$ 12.314, para os quais não há, presentemente, expectativas prováveis de realização considerando as atividades atuais da Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") e a legislação vigente. Embora a Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") ainda não tenha registrado uma provisão para perdas (*impairment*) sobre esses créditos, a Companhia está considerando o efeito dessas possíveis perdas, para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação. **9. Propriedades para investimentos** Representadas por imóveis (substancialmente terras) da controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") e da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado, ajustado pelo custo atribuído (*deemed cost*) na adoção da Lei 11.638/07 e Procedimentos Contábeis (CPC).

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Propriedade de Investimento	Total
Saldos em 31/03/2022	**601.157**	**60**	**14.122**	**615.339**
Custo total	601.157	82	14.122	615.364
Depreciação acumulada	-	(22)	-	(22)
Valor residual	601.157	60	14.122	615.342
Aquisição	-	-	70	70
Depreciação	-	(1)	-	(1)
Transferência para estoque	212	-	(212)	-
Saldos em 31/03/2023	**601.369**	**59**	**13.980**	**615.411**
Custo total	601.369	82	13.980	615.431
Depreciação	-	(23)	-	(23)
Valor residual	601.369	59	13.980	615.408
Aquisição	20.736			20.736
Depreciação	-	(2)	-	(2)
Baixa	-	-	(13.980)	(13.980)
Saldos em 31/03/2024	**622.105**	**57**		**622.162**
Custo total	622.105	82	-	622.187
Depreciação acumulada	-	(25)	-	(25)
Valor residual	**622.105**	**57**	**-**	**622.162**

As terras da controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV") estão registradas pelo custo atribuído de R$ 556.356 e, portanto, correspondem a maior parte das propriedades para investimento do consolidado, representadas por 20.144,05 hectares de terra nua situadas no interior do estado de São Paulo, dos quais 2.496 ha. de terras (valor contábil de R$ 37.920) em 31/03/2024 e 2023 foram dados em garantia de processos tributários da controlada. Os valores justos das propriedades para investimento foram estimados com base no valor de mercado apurado pelos especialistas contratados pela Administração, cujo laudo foi emitido em junho de 2023, e totalizam aproximadamente R$ 1,9 bilhão. A Administração, com base no entendimento das condições de mercado, concluiu que não houve alteração relevante no valor justo das propriedades de investimento entre a data do laudo acima e a data de encerramento das presentes demonstrações financeiras em 31/03/2024. Em setembro de 2023 a Companhia realizou a venda da Fazenda Capitólio e teve seu custo de R$ 13.980 reconhecido no resultado. O valor de venda foi de R$ 35.224, totalmente recebido até março de 2024, com atualização de R$ 275. O ganho nessa operação foi de R$ 21.244. **10. Imobilizado**

Consolidado	Terras	Veículos	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31/03/2022	**3.820**	**38**	**4**	**3.862**
Custo total	3.820	113	8	3.941
Depreciação acumulada	-	(75)	(4)	(79)
Valor residual	3.820	38	4	3.862
Aquisição	-	-	-	-
Depreciação	-	(19)	(1)	(20)
Saldos em 31/03/2023	**3.820**	**19**	**3**	**3.842**
Custo total	3.820	113	8	3.941
Depreciação acumulada	-	(94)	(5)	(99)
Valor residual	3.820	19	3	3.842
Aquisição	-	-	3	3
Depreciação	-	(2)	(1)	(3)
Saldos em 31/03/2024	**3.820**	**17**	**5**	**3.842**
Custo total	3.820	113	11	3.944
Depreciação acumulada	-	(96)	(6)	(102)
Valor residual	3.820	17	5	3.842
Valores Residuais:				
Custo histórico	3.820	17	5	3.842
Taxas médias anuais de depreciação	-	20%	20%	

11. Intangível De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, bem como forma de gestão de estratégia e operacional da companhia e sua controlada, a administração identificou que as unidades geradoras de caixa ("UGC"), representada pelas operações da controlada sediada no Brasil, a qual o ágio foi integralmente alocado. O Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC. A avaliação foi realizada com base no valor justo da unidade geradora de caixa a qual o ágio foi atribuído, o qual corresponde substancialmente as propriedades de investimentos da controlada ABV, avaliadas pelo montante aproximado de R$ 1,9 bilhão (Nota 9). Em 31/03/2024, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda, abaixo composição do intangível em 31/03/2024 e 2023:

Consolidado	Ágio na aquisição de ações da ABV	Direito de servidão ambiental	Total
Saldos em 31/03/2022	**58.736**	**3.605**	**62.341**
Adição	-	2	2
Saldos em 31/03/2023	**58.736**	**3.607**	**62.343**
Adição	-	-	-
Saldos em 31/03/2024	**58.736**	**3.607**	**62.343**

12. Imposto de renda e contribuição social As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ***a)* Imposto de renda e contribuição social a pagar e tributos:**

Passivo Circulante	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Imposto de renda e contribuição social, a pagar	62.056	41.825	65.130	44.536
Saldo de IR e CS a pagar	**62.056**	**41.825**	**65.130**	**44.536**

Tributos diferidos	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	-	-	(189.123)	(189.123)
Ganho de capital decorrente da venda de ações SC	-	(8.362)	-	(8.362)
Total IR e CS diferido - Passivo	**-**	**(8.362)**	**(189.123)**	**(197.485)**
Saldo de IR e CS diferido	**-**	**(8.362)**	**(189.123)**	**(197.485)**

***b)* Reconciliação do imposto de renda e contribuição social** Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como seguem:

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes do IR e da CS		474.415	319.484	486.449	332.934
IR e CS às alíquotas nominais (34%)		(161.301)	(108.625)	(165.393)	(113.198)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:					
(Exclusões)/Adições permanentes, líquidas					
JCP - Juros sobre o capital próprio (Recebidos de investidas)		(10.825)	(17.819)	(10.825)	(17.819)
JCP - Juros sobre o capital próprio (Pagos aos acionistas)		19.004	25.032	19.004	25.032
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido		-	-	13.483	12.464
Ganho de capital venda de ativo	13	7.223	-	7.223	-
Ganho de capital venda de ativo (terra nua)	13	(911)	-	(911)	-
Outras diferenças permanentes		29	12	29	5.018
Resultado de equivalência patrimonial		131.084	98.092	114.309	77.463
Despesa com IR e CS		(15.697)	(3.308)	(23.081)	(11.040)
Alíquota efetiva de IR e CS		3,3%	1,0%	4,7%	3,3%
IR corrente		(24.059)	(11.670)	(31.490)	(19.705)
IR e CS diferidos		8.362	8.362	8.409	8.665

Para ano fiscal 2023 e 2024, a controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV") optou pela apuração dos tributos sobre o lucro pelo regime de Lucro Presumido e a Companhia, pelo Lucro Real. **13. Provisão para contingências e depósitos judiciais:** A provisão para contingências é originária, substancialmente, da controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV") que, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

Consolidado	Civeis e Ambientais	Total	Depósitos
Saldo em 31 de março de 2022	**344**	**344**	**266**
Adições	128	128	139
Utilizações	(123)	(123)	(119)
Atualizações	53	53	37
Saldo em 31 de março de 2023	**402**	**402**	**323**
Adições	4	4	-
Depósitos/Bloqueios Judiciais (i)	-	-	59.113
Reversões	(5)	(5)	-
Utilizações	(4)	(4)	(1)
Atualizações	57	57	13
Saldo em 31 de março de 2024	**454**	**454**	**59.448**

Tributação sobre os direitos creditórios

continua...

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação Conforme divulgado na NE 8 (b), a Companhia recebe precatórios de uma decisão judicial indenizatória sobre o processo conhecido por "Ação de Preços" - ao Processo do IAA. Tais valores são recebidos pela São Martinho e repassados à LOP conforme o percentual de participação que ela detinha sobre a ABV, sendo de 55,31%. A São Martinho apura o efeito dos impostos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) sobre a integralidade dos precatórios recebidos e, em conexão a medida judicial proposta para discussão sobre a legalidade da tributação dos repassas considerando sua natureza indenizatória, os valores apurados são registrados no passivo como "tributos de exigibilidade suspensa" em contrapartida aos depósitos judiciais correspondentes. Considerando que os valores repassados a Companhia representam o valor da indenização líquido dos efeitos da tributação retida pela São Martinho, que por sua vez é objeto de discussão e depósitos judiciais, a Companhia até fevereiro de 2023, não tributava os valores recebidos. Contudo, em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu notificação das autoridades fiscais questionando a tributação sobre os valores repassados pela São Martinho em decorrência do Processo de IAA. Diante da incerteza no entendimento da autoridade fiscal sobre a tributação desses valores, a administração, com apoio de seus assessores jurídicos, revisitou o tratamento fiscal até então adotado a luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e concluiu ser necessário o registro dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre estes valores recebidos, na modalidade de ganho de capital. Em decorrência da avaliação realizada pela Companhia, as obrigações acessórias dos exercícios afetados foram retificadas e a tratativa fiscal foi alterada para que os repasses recebidos no exercício findo 31/03/2024 fossem oferecidos a tributação (IRPJ e CSLL). Adicionalmente, os tributos apurados (IRPJ e CSLL) sobre os repasses recebidos em 2022, cuja obrigação acessória retificada foi aceita pela autoridade fiscal, foram recolhidos em 2024. Em dezembro de 2023, a Companhia propôs medida judicial para discussão dos tributos exigidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) sobre os repasses recebidos em 2019, 2021 e 2022, cuja obrigação acessória retificada não foi aceita pela autoridade fiscal, bem como, da exigibilidade do PIS e COFINS sobre a totalidade dos repasses recebidos, e, em decorrência dos tramites judiciais, houve bloqueios de recursos conta corrente da Companhia no R$ 52.813. Atualmente, a parcela corresponde a exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre os valores líquidos de indenização ainda em discussão está classificada como êxito remoto e tratada como obrigação liquida e certa nos termos do ICPC 22, sendo reconhecida no passivo circulante como Imposto de renda e contribuição social (Nota 12). A parcela correspondente a do PIS e COFINS sobre a totalidade dos valores recebidos, no valor aproximado de R$ 10.477, foi classificado como êxito possível pela assessoria jurídica, não sendo, portanto, objeto de provisão contábil. **Tributação sobre a venda de propriedade para investimento** Em setembro de 2023 a Companhia realizou a venda da Fazenda Capitólio que resultou em ganho de capital no valor de R$ 21.244 (Nota 17). A Companhia apurou e recolheu impostos sobre transação, no valor R$ 2.679, com base no Art. 19 da Lei nº 9.393/96, que estabelece como base de cálculo para tributação do ganho de capital, a diferença entre o valor de terra nua declarado no Documento de Informação e Apuração do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (DIAT) quando da aquisição e quando da alienação. Preventivamente, a Companhia, em outubro de 2023, impetrou Mandado de Segurança para o reconhecimento desse direito e depositou em juizo o montante de R$ 6.300, correspondente a diferença de metodologia tributação. A administração, com apoio da assessoria jurídica que patrocina esse processo classifica o êxito como provável e, em junho de 2024, o Mandato de Segurança foi julgado procedente, o que justifica sua ausência de provisão no passivo. **14. Patrimônio Líquido *a)* Capital social:** O capital social em 31/03/2024, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 500.000 (mesmo valor em 2023), está representado por 15.816.592 ações ordinárias, sem valor nominal. ***b)* Ajustes de avaliação patrimonial de investidas (reflexos): *Deemed cost*** Correspondem a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais, Veículos e Máquinas e implementos agrícolas da São Martinho S.A., Agro Pecuária Boa Vista S.A. e Imobiliária Paramirim S.A. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica Lucros Acumulados. ***Hedge accounting*** Correspondem aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos, em aberto, da São Martinho S.A., classificados como *hedge accounting* (proteção) de fluxo de caixa. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorre a realização das operações correlatas na coligada. ***c)* Destinação dos lucros** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. ***d)* Reserva legal e de retenção** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, conforme Art 193º da Lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em março de 2024 a reserva legal foi constituída para o valor limite de 20% do capital social. ***e)* Juros sobre o capital próprio - JCP** Os juros sobre o capital próprio - JCP, quando aplicáveis, são calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim, no decorrer do exercício, são deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, embora facultado pela legislação vigente, o referido montante, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (de 15%), não foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. O cálculo é realizado a cada fechamento de trimestre do exercício fiscal. Em junho de 2023 foi provisionado R$ 28.894 e em março de 2024, R$ 27.000 de JCP a pagar aos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido apenas na apuração dos impostos. ***f)* Reserva de incentivos fiscais - Reflexa** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/07/2016, os acionistas da São Martinho aprovaram a constituição da reserva de incentivos fiscais, efeito reflexo dos incentivos fiscais da UBV, controlada da São Martinho. O montante registrado decorre do programa de incentivo fiscal junto ao estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etanol hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. **15. Receitas**

	Consolidado	
	2024	**2023**
Receita bruta de vendas		
Arrendamento de terras	59.939	60.058
Venda de imóveis e loteamentos	4.475	16.122
Aluguel de imóveis	177	147
Venda de cana-de-açúcar	232	8
Total Receita bruta	64.823	76.335
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(4.777)	(4.802)
Receitas líquidas	**60.046**	**71.533**

16. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Impostos e taxas		(122)	(5.464)	(1.213)	(1.049)
Despesas com pessoal		(176)	(171)	(693)	(690)
Serviços de terceiros		(1.072)	(429)	(1.344)	(571)
Despesas compartilhadas com a São Martinho S.A.	7(c)	(724)	(402)	(807)	(581)
Custo dos imóveis vendidos		-	-	(25)	(243)
Outras despesas		(1)	-	(237)	(249)
Depreciação e amortização		-	-	(5)	(22)
Total		**(2.095)**	**(6.466)**	**(4.324)**	**(3.405)**
Classificadas como:					
Custo dos imóveis vendidos		-	-	(25)	(243)
Despesas gerais e administrativas		(2.095)	(6.466)	(4.299)	(3.162)
Total		**(2.095)**	**(6.466)**	**(4.324)**	**(3.405)**

17. Outras receitas, líquidas

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Outras receitas					
Aluguel		569	1.270	569	1.270
Repasse indenização (IAA)	8 (b)	88.640	34.141	88.640	34.141
Venda imóvel		21.244	-	21.244	-
Total de outras receitas		**110.453**	**35.411**	**110.453**	**35.411**
Outras despesas					
PIS e Cofins sobre outras receitas		(3.380)	-	(3.380)	(5.440)
Processo ICMS Copersucar		(1.461)	(915)	(1.461)	(915)
Total de outras despesas		**(4.841)**	**(915)**	**(4.841)**	**(6.355)**
Outras receitas, líquidas		**105.612**	**34.496**	**105.612**	**29.056**

Em setembro de 2023 a Companhia realizou a venda da Fazenda Capitólio pelo valor de R$ 35.498, imóvel que estava classificado em Propriedades para Investimentos. O ganho líquido na venda foi de R$ 21.244. **18. Resultado Financeiro**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	-	31	2	81
Ajuste a valor presente	-	-	1.280	1.319
Rendimentos de aplicações financeiras	4.834	3.200	7.252	5.334
Total das receitas financeiras	**4.834**	**3.231**	**8.534**	**6.734**
Despesas financeiras				
Taxas, despesas bancárias e outros	(92)	(32)	(106)	(34)
Perdas com aplicações financeiras	(58)	(64)	(122)	(64)
Juros e multas sobre tributos	(18.246)	-	(18.246)	-
Outros juros incorridos	(492)	(331)	(744)	(428)
Total das despesas financeiras	**(18.888)**	**(427)**	**(19.218)**	**(526)**
Variação monetária				
Variação positiva	3.308	6.976	3.493	8.542
Variação negativa	(3.898)	(6.833)	(3.898)	(6.833)
Total das variações monetárias	**(590)**	**143**	**(405)**	**1.709**
Resultado financeiro	**(14.644)**	**2.947**	**(11.089)**	**7.917**

Devido a alteração do tratamento tributário adotado nos repasses recebidos dos direitos creditórios mencionados na Notas 8 (b) e 13, houve a atualização do passivo tributário de imposto de renda e contribuição social a pagar no valor de R$ 18.246. **19. Lucro por ação** O lucro básico é calculado pela divisão do lucro tributável aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2024	**2023**
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	458.718	316.176
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil (i)	15.817	15.817
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	29,0016	19,9896

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação. **20. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros** Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos. A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**Classificação**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	43.089	37.477	50.985	44.119
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado (nível 1)	-	-	24.578	10.092
Dividendos a receber	Custo Amortizado	46.044	1.526	34.326	1.526
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	59.113	-	59.448	323
Outros ativos	Custo Amortizado	1.112	-	1.124	11
Partes relacionadas	Custo Amortizado	4.682	-	4.682	-
Total dos ativos financeiros		**149.358**	**39.003**	**170.461**	**56.071**
Passivos financeiros					
Fornecedores curto e longo prazos	Custo Amortizado	4.030	-	4.929	926
Dividendos a pagar e antecipações	Custo Amortizado	50.012	-	51.116	-
Mútuo com partes relacionadas	Custo Amortizado	5.749	-	5.749	-
Outros passivos	Custo Amortizado	-	-	23	220
Total dos passivos financeiros		**59.791**	**-**	**61.817**	**1.146**

21. Gerenciamento de riscos A Companhia, através de sua controlada indireta, está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da controlada contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica. **Risco de crédito** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **Risco de liquidez** O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Por isso, o julgamento é de que não há risco considerando o saldo do passivo circulante maior do que o ativo circulante, também corroborado pelo fato do passivo ser composto, em sua maioria, de saldo com partes relacionadas. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **22. Cobertura de seguros e garantias**

Controladora e Consolidado	**Riscos Cobertos**	**Cobertura máxima (i)**
Judicial Exceução Fiscal (i)	Garantia Judicial destinada ao Processo Judicial nº 5002437-71.2023.4.03.6120, Processos Administrativos nº 13074 728105/2023-18 e 10136 558799/2023-41, CDA's nº 80 6 23	35.510
Judicial Exceução Fiscal (i)	Execução Fiscal nº 5001821-96.2023.4.03.6120, decorrente da cobrança de débitos de IIRPJ, CSLL, PIS e COFINS, impostos nos Autos de Infração	75.797

(i) Estes seguros garantem os pagamentos, respeitando os limites máximos de garantia das apólices, do valor correspondente aos depósitos em juízo que a Companhia necessite realizar decorrente da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS 9 (Nota 13). **23. Eventos Subsequentes** Em abril de 2024 a Companhia aprovou a distribuição de R$ 4.681 de dividendos adicionais em Assembleia Geral Ordinária. Em junho de 2024 a Companhia provisionou dividendos adicionais a receber sobre a controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A. no montante de R$ 24.837 e JCP sobre a coligada LJN Participações S.A. de R$ 31.714. A Companhia realizou o pagamento do mútuo com a Debelma Participações S.A. no montante de R$ 5.832.

Contador - Responsável Técnico

valorup

Durvalino Corrêa Junior - CRC 1SP222726/O-0
ValorUp Contabilidade Ltda - CRC2SP028584/O-2

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas Luiz Ometto Participações S.A. Américo Brasiliense - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Luiz Ometto Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 10 de setembro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador - CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Progama do governo quer reduzir mortalidade materna em 25% até 2027

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na quinta-feira (12), a Rede Alyne, uma reestruturação da antiga Rede Cegonha, de cuidados a gestantes e bebês na rede pública de saúde. A meta é beneficiar mulheres com cuidado humanizado e integral, observando as desigualdades étnico-raciais e regionais.

A finalidade é reduzir a mortalidade materna geral em 25% até 2027, e em 50% considerando apenas as mulheres pretas. Em 2022, a razão de mortalidade materna (número de óbitos a cada 100 mil nascidos vivos) de mães pretas foi o dobro em relação ao geral: 110,6. No geral, foram 57,7 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.

O Brasil quer atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030, com a marca de 30 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Durante o lançamento do programa, em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, Lula se emocionou ao falar da morte de sua primeira esposa, Maria de Lourdes, e do filho em 1971. Para o presidente, a morte durante o parto de emergência foi por descaso dos médicos.

"Cheguei do hospital, encontrei minha mulher morta e meu filho morto. Eu, hoje, tenho certeza absoluta que foi relaxamento, que foi falta de trato, porque as pessoas pobres muitas vezes são tratadas como se fosse pessoas de segunda categoria. E se é pobre e é mulher negra é tratada como se fosse de terceira categoria", disse o presidente.

"E nós precisamos tratar todas as pessoas com respeito, com carinho, com muito amor, porque nós não iremos criar uma sociedade civilizada, humanamente respeitada, se a gente não tratar das pessoas, independentemente da cor, do berço que nasceu, da religião", destacou Lula.

O novo modelo homenageia Alyne Pimentel, que morreu grávida de seis meses por falta de atendimento adequado na rede pública de saúde no município de Belford Roxo, no Rio de Janeiro, em 2002.

A morte da jovem de 28 anos levou o Brasil a ser condenado internacionalmente pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (Cedaw) das Nações Unidas (ONU), com recomendações para diminuir os números de morte materna evitável, reconhecida como violação de direitos humanos das mulheres a uma maternidade segura.

"Nós queremos criar um programa para que a mulher seja atendida com decência, para que a mulher faça todos os exames necessários, para que a mulher possa fazer todas as fotografias que ela quiser fazer do útero para ver como é que tá a criança, para que a gente possa fazer com que a mulher chegue saudável no médico e saia de lá, além de saudável, com uma criança muito bonita no seu colo", disse Lula durante o evento, que contou com a presença da filha de Alyne, que tinha cinco anos na ocasião da morte da mãe.

Investimentos

Entre as inovações do programa está a realização de um plano integrado entre a maternidade e a Saúde da Família – com qualificação das equipes de Saúde da Família, principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) – e a ampliação do Complexo Regulatório do SUS com equipe especializada em obstetrícia.

O objetivo do Ministério da Saúde é integrar a rede para acabar com a "peregrinação da gestante" e garantir vagas para atendimento, com prioridade para a mulher que precisa de suporte no deslocamento para a maternidade.

Em 2024, o Ministério da Saúde vai investir R$ 400 milhões na rede. Em 2025, o aporte deverá chegar a R$ 1 bilhão. Haverá um novo modelo de financiamento com a distribuição mais equitativa dos recursos para reduzir desigualdades regionais e raciais; o financiamento será por nascido vivo, por local de residência e município do atendimento.

O governo também vai triplicar o repasse para estados e municípios realizarem exames de pré-natal: de R$ 55 para R$ 144 por gestante. Novos exames serão incorporados na rede, além dos já contemplados na Rede Cegonha, que passará a ter testes rápidos para HTLV, hepatite B e hepatite C.

A expansão do orçamento também chega à atenção de média e alta complexidade para a estruturação de equipes especializadas em atendimento materno e infantil, com cobertura 24 horas, sete dias da semana, na regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192.

Pela Rede Alyne haverá um novo financiamento com custeio mensal de R$ 50,5 mil para ambulâncias destinadas à transferência de gestantes e recém-nascidos graves. "Isso vai contribuir para a diminuição dos atrasos de deslocamento em momentos críticos", explicou o governo.

Novas maternidades

Por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da área da Saúde, também serão construídas 36 novas maternidades e 30 novos centros de Parto Normal, totalizando R$ 4,85 bilhões de investimento na etapa de seleções, com prioridade para as regiões com piores índices de mortalidade materna.

A rede de bancos de leite do Brasil, que é referência internacional e terá um "sistema mais completo" de incentivo ao aleitamento materno.

O Ministério da Saúde vai investir R$ 41,9 milhões ao ano em um novo repasse para aumentar a disponibilização de leite materno nas unidades neonatais, além de um valor adicional para os bancos de leite que alcançarem autossuficiência, atendendo a demanda das unidades neonatais de referência.

A Rede Alyne vai incentivar, ainda, o uso do Método Canguru, cujas evidências científicas comprovam impacto positivo em desfechos, como infecção, amamentação e mortalidade – com aumento de valor para Unidades de Cuidado Neonatal Canguru (UCINca) em 240%. A prática consiste em colocar o bebê em contato com o corpo dos pais, em uma posição semelhante a que o canguru carrega seus filhotes.

Para integrar os dados das gestantes, está previsto, ainda em 2024, o lançamento de uma versão eletrônica da Caderneta da Gestante por meio do aplicativo "Meu SUS Digital". (Agência Brasil)

Clima adverso reduz em 21,4 milhões de toneladas a safra de grãos

Em sua última projeção da safra 2023/2024, de setembro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indica uma produção estimada em 298,41 milhões de toneladas, uma redução de 21,4 milhões de toneladas em relação ao volume obtido no ciclo anterior.

A diminuição, segundo a companhia, se deve, sobretudo, à demora na regularização de chuvas no início da janela de plantio, aliada às baixas precipitações durante parte do ciclo das lavouras nos estados do Centro-Oeste, além de Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, São Paulo e Paraná.

Outro fator citado pela Conab, em nota, é o excesso de precipitação registrado no Rio Grande do Sul, principalmente nas lavouras de primeira safra.

"Os estados paulista e paranaense, além do Mato Grosso do Sul, também apresentaram condições adversas durante o desenvolvimento das culturas de segunda safra. Ainda assim, esta é a segunda maior safra a ser colhida na série histórica", explica a Conab.

A área semeada está estimada em 79,82 milhões de hectares, um acréscimo de 1,6% ou 1,27 milhão de hectares sobre 2022/2023. Já a produtividade média das lavouras registra redução de 8,2%, saindo de 4.072 quilos por hectare na temporada passada para 3.739 quilos por hectare.

Soja

Dentre as culturas afetadas pelo clima adverso, a Conab destaca a soja, cujo volume total colhido na safra 2023/2024 é estimado em 147,38 milhões de toneladas, uma redução de 7,23 milhões de toneladas em relação ao período 2022/2023.

"A queda observada se deve, principalmente, ao atraso do início das chuvas, às baixas precipitações e às altas temperaturas nas áreas semeadas entre setembro e novembro, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste e na região do Matopiba [Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia]", informa.

Segundo a companhia, esse cenário causou replantios e perdas de produtividade. Apenas em Mato Grosso, principal estado produtor de soja, a produção ficou em 39,34 milhões de toneladas, uma redução de 11,9% em relação ao primeiro levantamento e de 15,7% em relação à safra passada.

No Rio Grande do Sul, o excesso de chuva também prejudicou a produção da oleaginosa.

Milho

Outro produto que, segundo a Conab, também sofreu consequências do clima ao longo do desenvolvimento do cultivo foi o milho. Na primeira safra, as altas temperaturas e chuvas irregulares impactaram importantes regiões produtoras, como Minas Gerais.

"No segundo ciclo do cereal, o clima foi mais favorável em Mato Grosso e Goiás, por exemplo. Mas em Mato Grosso do Sul, em São Paulo e no Paraná, veranicos ocorridos em março e abril, aliados a altas temperaturas e ataques de pragas, comprometeram o potencial produtivo."

Além do menor desempenho, a companhia identificou redução na área destinada ao cultivo do grão. "Nesse cenário de menor área e produtividade, a colheita total de milho está estimada em 115,72 milhões de toneladas nesta safra, queda de 12,3% do produzido em 2022/2023".

Algodão

A Conab apontou ligeira queda de 1,5% na produtividade do algodão, estimada em 4.561 quilos por hectare de algodão em caroço. A área destinada para a cultura, entretanto, registrou "aumento expressivo" de 16,9%, o que reflete em uma elevação na produção de 15,1%.

Apenas para a pluma, a companhia estima uma colheita de 3,65 milhões de toneladas, "novo recorde para a série histórica".

Arroz e feijão

O volume colhido para arroz e feijão também é maior nesta safra quando comparado à temporada passada. No ciclo 2023/2024, a produção estimada em 10,59 milhões de toneladas de arroz representa um crescimento de 5,5%.

"Essa elevação é influenciada, principalmente, pela maior área cultivada no país, uma vez que a produtividade média das lavouras foi prejudicada, reflexo das adversidades climáticas, com instabilidade durante o ciclo produtivo da cultura, em especial no Rio Grande do Sul, maior estado produtor do grão."

No caso do feijão, a safra total estimada é de 3,25 milhões de toneladas, 7% superior à produção de 2022/23. O bom resultado é influenciado, principalmente, pelo desempenho registrado na segunda safra da leguminosa, onde foi registrado um acréscimo de 18,5% na produção, chegando a 1,5 milhão de toneladas". (Agência Brasil)